

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

ATA Nº 005

PRESIDENTE – DEPUTADO VALDIR BARRANCO

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia a todos!

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pelo Deputado Valdir Barranco, para discutir assuntos relacionados à reforma previdenciária.

Para compor a mesa convido: o Deputado Estadual e proponente desta Audiência Pública, Deputado Valdir Barranco; o eminente Senador da República, José Pimentel, Senador do Ceará, que vem aqui como palestrante; o Sr. Ságua Moraes, Deputado Federal; o Dr. Arnaldo Justino da Silva, Promotor de Justiça, representando o Procurador-Geral Mauro Curvo; o Dr. Roberto Aparecido Turin, Promotor de Justiça e Presidente da Associação Mato-grossense do Ministério Público; o Dr. Caio César Buin Zumioti, Segundo Subdefensor-Geral, representando o Defensor Público-Geral Silvio Jeferson de Santana; o Dr. Diego Fernando Oliveira, Presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB/MT, representando o Presidente Leonardo Campos; o Sr. Juraci Moreira Souto, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG; o Sr. Oscarlino Alves, Coordenador do Fórum Sindical e Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso. Não é funcionário, não. Falo funcionário porque ele não sai da Assembleia (RISOS); o Sr. João Luiz Dourado, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT de Mato Grosso; a Sr<sup>a</sup> Karlla Patrícia Souza, Vice-Presidente da Região Centro-Oeste da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas - ABRAT; o Sr. Manoel de Souza, Presidente da Força Sindical do Estado de Mato Grosso; o Sr. Antônio Wagner de Oliveira, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros de Mato Grosso; o Sr. Nilton José de Macedo, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso - FETAGRI-MT; o Sr. Henrique Lopes do Nascimento, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP/MT; o Sr. Dr. André Molina, Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 13<sup>a</sup> Região, Mato Grosso; o Sr. Edmundo César Cícero Leite, Presidente do Sindicato dos Profissionais da Área Instrumental do Governo - SINPAIG. (PALMAS)

Composta a mesa de honra, convido a todos para ficarmos em posição de respeito e ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (EDSON PIRES) – A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa sente-se honrada com a presença das autoridades que, gentilmente, compareceram para esta Audiência Pública: Sr. Marcione Mendes de Pinho, Secretário Adjunto de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Casa Civil; Vereador Celso Henrique Batista

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Guarantã do Norte; Vereador Valter Neves de Moura, representando a Câmara Municipal de Guarantã do Norte; Sr. Bartolomeu Junior de Sousa Silveira, Vereador do Município de Canabrava do Norte; Dr. Lúcio Andrade, Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso; Sr<sup>a</sup> Alzita Leão Ormond Silveira, Diretora Executiva da Confederação das Mulheres do Brasil - CMB; Sr. Edvandro Neto Silveira, Delegado Sindical do Município de Matupá; Sr. Edivaldo José da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cuiabá; Sr. Carlos Alberto de Almeida, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso; Sr. Jorge Deloca Barros, Presidente do Sindicato dos Assistentes Técnicos de Meio Ambiente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso - SINDAT-MT; Sr<sup>a</sup> Daiane Renner, Presidente do Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Mato Grosso - SINETRAN-MT; Sr. Joaquim Dias Santana, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Cuiabá e Município - SINTRAICCCM; Sr. Guilherme da Silva, Conselheiro, representando o Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde de Várzea Grande; Sr. Gilmar Antônio Brunetto, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Pública de Mato Grosso - SINTERP/MT; Sr. Leovaldo Antônio Aparecido Duarte, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Tributação, Arrecadação e Fiscalização Estadual de Mato Grosso - SINPROTAF-MT; Sr. Joselino Francisco da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Arenópolis; Sr. Gilson Ferreira dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Cláudia; Sr. Claudiomir Boff, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Lucas do Rio Verde; Sr<sup>a</sup> Rísia Lopes Negreiros, Presidente do Sindicato dos Fiscais Agropecuários e Florestal no Estado de Mato Grosso - SINFA-MT; Sr. Cleudes de Souza Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nossa Senhora do Livramento; Sr. Moacir de Paula Mafra, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Rurais de Rondonópolis, Sr. Miguel Francisco dos Santos, Presidente do Sindicato Rural do Município de Várzea Grande, Sr. Francisco Mastim, “Tizil”, Vice-Presidente do Sindicato Rural do Município de Várzea Grande; Ivani Domingos dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Comodoro; Sr. Ricardo Bertolini, Presidente do Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais de Mato Grosso; Sr<sup>a</sup> Marinalva Tavares Vieira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rural do Município de Porto Alegre; Sr. Cícero Rodrigues Ramos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Vila Bela; Sr<sup>a</sup> Márcia Rodrigues da Cruz, Secretária-Geral do Sindicato, representando o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontes e Lacerda, Donizeti Nunes de Oliveira; Sr<sup>a</sup> Fátima de Aquino, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poconé; Sr. Naldino Padinha Gonçalves, Presidente da Associação Rural de Barão de Melgaço; Sr. Domingos Sávio da Cunha Garcia, Presidente da Associação dos Docentes da UNEMAT; Sr<sup>a</sup> Sueli Maria da Silva Gonçalves, Presidente da Subsede do Sindicato dos Profissionais da Educação do Município de Barão de Melgaço; Sr. Roberto Carlos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guiratiga; Sr. Denis Cavalcante, Tesoureiro, representando o Sindicato Municipal de Cáceres; Sr. Gilcélcio Alves de Lima, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Carreira dos Profissionais do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso - SINTEMA-MT; Sr<sup>a</sup> Franciele Markoski, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Ubiratã; Sr<sup>a</sup> Jane Selma Barbosa, Presidente da Associação dos Servidores do Poder Judiciário; Sr. James Rachid Jaudy, Presidente do Sindicato dos Servidores da Agência Reguladora dos Serviços Delegados do Estado de Mato Grosso; Sr. Adolfo Grassi, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais da Carreira dos Profissionais de Desenvolvimento Econômico e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Social do Estado de Mato Grosso; Sr. Daniel José da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Mirassol D'Oeste; Sr. Jair Bernardes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Porto dos Gaúchos; Sr. Reginaldo Gonçalves, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Campo Verde; Sr. Edner Ferreira Rodrigues, Secretário-Geral, representando Sr. Manoel de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Mecânicos do Estado de Mato Grosso; Dr. Elvis Klauk Júnior, Presidente da Câmara Temática de Regularização Fundiária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; Sr. Guilherme da Silva Queiroz, Diretor do Sindicato Regional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Baixada Cuiabana; Sr<sup>a</sup> Denize A. Capilé Guedes, Diretora de Aposentados e Pensionistas do Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais de Mato Grosso; Sr. Ivo Leonio Alves, Diretor da Federação dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário de Mato Grosso; Sr<sup>a</sup> Hélia Maria Andrade Marinho, Diretora Jurídica do Sindicato dos Contabilistas do Estado de Mato Grosso; Sr. Benedito Borges, Presidente do Assentamento Keno do Município de Cláudia; Sr. Orlando Tadeu Júlio, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pedra Preta; Francisco Borges, representando o SINTAP; Juarez de Almeida Albuês, Presidente do Conselho Estadual da Defesa do Direito com Deficiência; Ronei de Lima, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores do Estado de Mato Grosso; José Márcio Guedes, Assessor Parlamentar, representando o Senador da República Wellington Fagundes; Edson Rondon, Conselheiro da Previdência, representando os servidores do Executivo do Estado; Elza Maria de Araújo, Coordenadora e Tesoureira do Fórum das Mulheres Negras; Wendel Lacerda Oliveira, Assessor Jurídico, representando o Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado de Mato Grosso; agradecemos a presença dos servidores da saúde; da imprensa; agradecemos a presença dos acadêmicos da Universidade Federal. Ainda agradecemos a presença de todos, e registro a presença de Wagner Bassi Júnior, representante do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Mato Grosso; Maria Aparecida Neles de Brito, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Juara; Henrique Rorie A. Alves, Presidente da Subseção do Sindicato dos Docentes da UNEMAT, Município de Sinop; Jonas Alberto Schmitt, membro da Frente Legislativa do Conselho Federal da OAB, que elaborou a Emenda Substitutiva da PEC 287; Emanuelle Moura Cuiabano, Presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB Mato Grosso; Vereador Dilemário Alencar, 1º Secretário da Câmara Municipal de Cuiabá; Leonardo Mendes, Vereador da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis; Aline Muniz dos Santos, Vereadora da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães; Umbelino Carneiro Neves, Presidente da Associação de Gestores Governamentais do Estado de Mato Grosso; Henny Laura Tocantins, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Nobres; Gerusa Pinto Pinheiro, Presidente do Sindicato dos Servidores do Município de Campo Novo do Parecis; Moacir Domingos (Mumu) representando a Associação de Moradores do Bairro Canjica; Wilson Leal Miranda, Presidente do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos de Campo Novo do Parecis; Nedilson Maciel, Presidente da Federação dos Servidores Públicos Municipais de Mato Grosso; Lauro Benedito Siqueira, Presidente do Sindicato Telefônico de Mato Grosso; Marluce Souza, Coordenadora do Núcleo da Dívida Pública em Mato Grosso; Diane Dias, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Agrícola Agrário Pecuário e Florestal do Estado de Mato Grosso; Florisvaldo Ferreira Alves, Presidente do Assentamento Sadia III, do Município de Várzea Grande; Vinícius Brasilino, Presidente Estadual da União dos Estudantes de Mato Grosso; Prof.<sup>a</sup> Enelinda Scala, Vice-Presidente do Partido dos Trabalhadores do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

Feita a leitura dos agradecimentos, passo a palavra ao Presidente da mesa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Em tempo, quero convidar para compor a mesa a Prof.<sup>a</sup> Isabel Pereira, representando a ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; o Sr. Francelino das Chagas Valença Júnior, Diretor de Formação Sindical da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO, representando o Presidente Charles Alcântara; a Sr<sup>a</sup> Diane Dias, Vice-Presidente Nacional da CSD; o Sr. Ronei de Lima, Presidente da Nova Central Sindical; e o Sr. Cleudes de Souza Ferreira, representante da Central dos Trabalhadores do Brasil. (PALMAS)

Composta a mesa, eu quero parabenizar o Deputado Valdir Barranco por propor esta Audiência Pública sobre esse tema tão importante para todos. É um tema que não podemos fugir dele, é um tema mundial, especialmente nacional, porque estamos em crise na Previdência. Estamos vivendo mais e, com isso, houve uma mudança no perfil da Previdência, evidentemente, graças a Deus, estamos vivendo mais. Mas, precisamos achar esse ponto de equilíbrio. Qual é o ponto verdadeiro do equilíbrio? As Centrais dizem uma coisa, o Governo diz outra.

Então, precisamos que o Parlamento, Deputado Valdir Barranco, estude, porque, no final das contas, as decisões culminarão para os Parlamentares decidirem. Precisamos ter propriedade nesse assunto, precisamos estudar, precisamos ouvir os dois lados, tanto o lado dos trabalhadores como o lado do Governo e precisamos nos aprofundar para acharmos um ponto de mediação.

Encontrar o ponto de equilíbrio é a coisa mais difícil e importante para todos. A dona de casa tem que achar o ponto de equilíbrio entre o gasto que ela tem e o dinheiro passado para ela; o empresário também tem que fazer isso; a Assembleia Legislativa tem que fazer isso com o seu orçamento; e a Previdência não poderia ser diferente. Qual é esse ponto? O Estado de Mato Grosso, segundo os dados da Secretaria de Planejamento, teve um *déficit*, em 2015, de 553 milhões; em 2016, de 722 milhões; em 2017, a previsão já é de 864 milhões de reais.

Então, em dois anos, houve um crescimento de algo em torno de 50%. Isso é um crescimento – não sei por que – muito grande, e nós precisamos achar um ponto, porque senão nós vamos chegar a um momento em que não vai ter dinheiro para pagar. E as pessoas que trabalharam a vida inteira e se aposentaram, não é justo que, nesse momento da velhice, o momento de curtir o resto de suas vidas, momento pelo qual todos vamos passar, as pessoas fiquem sem o dinheiro da aposentadoria.

Então, nós temos que trabalhar agora e achar o melhor caminho para isso, com transparência, com respeito, mas em uma discussão com todos. Nós estamos dispostos, na Assembleia Legislativa, a ouvir os trabalhadores, vamos ouvir os Secretários, vamos criar uma comissão especial para discutir o assunto, e, principalmente, vamos ouvir as pessoas mais experientes, como o Senador, que está hoje aqui, e veio trazer a sua experiência e o seu vasto conhecimento para nós.

Obrigado, Senador, por Vossa Excelência vir dar essa contribuição para os trabalhadores, especialmente para a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Agradeço, também, a todos os demais palestrantes, à Prof.<sup>a</sup> Isabel Pereira; ao Sr. Juracir Moreira Solto, da CONTAG, que também vai falar sobre o assunto; ao Dr. Francelino das Chagas Valença, que também vai falar; aos Srs. André Molina, Sr. Lourenço Santana, João Dourado, Henrique Lopes, à Sr<sup>a</sup> Karla Patrícia, ao Sr. Milton José, ao Sr. Roberto Turin, que hoje está representando a Associação dos Procuradores. É um assunto também que interessa muito a eles, porque, evidentemente, vamos ter problemas futuros se não acharmos esse ponto de equilíbrio.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Também, ao Sr. Reginaldo Araújo, ao Sr. Antônio Wagner, a todos que estão aqui, que vieram trazer o seu conhecimento para que possamos adquirir propriedade sobre o assunto.

Neste ato, eu disse ao Deputado Valdir Barranco que eu iria falar pouco, porque eu tenho um compromisso, mas quero ouvir a palestra do Senador, que é muito importante para mim. Então, eu passo a Presidência agora ao preponente, Deputado Valdir Barranco, para conduzir os trabalhos.

Obrigado a todos. (PALMAS)

(O SR. DEPUTADO VALDIR BARRANCO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09H56MIN.)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Senhoras e senhores, bom dia.

Eu quero, primeiramente, agradecer ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Eduardo Botelho, por não ter medido esforços para que esta Audiência Pública ocorresse.

Nós, Deputado, sabíamos que seria insuficiente o espaço do Auditório da Assembleia Legislativa – e está comprovado aqui, hoje – para recepcionar esta quantidade de pessoas.

Agradeço Vossa Excelência, pessoalmente e publicamente, por nos ter possibilitado usar o espaço do Teatro Cerrado Zulmira Canavarros.

Início dizendo que, desde o dia 31 de agosto de 2016, a Presidência da República tem agido despidoradamente contra os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, com o direito do povo deste País. Agiu assim com a PEC 241, que tramitou na Câmara, depois com a PEC 55, no Senado da República, que tratava do congelamento dos gastos primários e comprometeu e comprometerá pelos próximos 20 anos. Daqui a alguns anos, dois ou três anos, a população saberá do que estamos falando, porque lutamos muito contra quando se congelou os gastos em educação, em saúde, em saneamento básico e em habitação. E age assim, agora, com a PEC 287, que versa sobre a Reforma da Previdência.

Tenho dito que na nossa Casa não fazemos uma reforma para piorar. Fazemos uma reforma quando a queremos melhor, quando a queremos mais bonita e mais aconchegante. Como vamos ter uma Reforma da Previdência – então, é uma contra reforma – que vai piorar a vida dos brasileiros e das brasileiras?

É com esse objetivo que propus na Assembleia Legislativa, e agradeço os Pares por deliberarem pela realização desta Audiência Pública para debatermos, hoje, com os senhores e com o povo mato-grossense, que nos acompanham pela *Rádio Assembleia*, em toda América Latina, e, também, pela *TV Assembleia*, que é sintonizada em todo o Estado de Mato Grosso. E, realmente, estou muito orgulhoso com o quanto a *TV Assembleia* tem levado informações por onde ando e, também, no meio rural por meio das antenas parabólicas. Queremos sair daqui, hoje, com uma síntese que possa ser apresentada ao Executivo e, também, ao Congresso Nacional.

A Audiência Pública sobre o Projeto de Emenda Constitucional, PEC 287, de Reforma da Previdência Social, é o começo das discussões na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Todas as discussões terão a intenção de esclarecer aos trabalhadores e trabalhadoras de Mato Grosso quais são as marcas que a Reforma deixará como legado para a nossa sociedade, para os que vivem no campo e nas cidades.

Com o Deputado Federal por Mato Grosso, Ságuas Moraes, a quem quero agradecer publicamente pela parceria, requeremos esta Audiência Pública, que foi mobilizada por muitas mãos solidárias: pelo Fórum Sindical de Mato Grosso, CUT, MST, FETAGRI, além de sindicatos e associações independentes que se debruçam sobre a PEC 287, autoridades judiciárias, na tentativa de unir forças na defesa dos direitos historicamente conquistados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Para esta discussão contamos, também, com o apoio desta Casa, que agradeço, mais uma vez, na pessoa do nosso Presidente, Deputado Eduardo Botelho.

A guerra começou, como diz o economista Eduardo Fagnani, da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. O que está em jogo no Brasil não é o ajuste fiscal. É uma mudança no modelo de sociedade. Desde a Constituição de 1988, os trabalhadores e trabalhadoras vivem no Brasil em busca do bem-estar para si e para a sociedade como um todo, trabalhando e planejando suas vidas, assegurando os direitos que permitem vida em plenitude, produzindo mais, inclusive, para atender aos interesses do próprio capital.

“Argumentos sempre usados de *déficit* ou rombo da Previdência são falsos”, diz Fagnani. O *déficit* é a parte do Governo que, embora prevista na Constituição, não é contabilizada na firma. Não é argumento para dizer que o problema fiscal brasileiro é a Previdência. Para tanto, convidamos ilustres conhecedores da história previdenciária do Brasil para elucidar as dúvidas dialogando com os trabalhadores e com as trabalhadoras.

Como Deputado, eu vou lutar para defender os trabalhadores mato-grossenses do campo e da cidade que trabalham e precisam ter seus direitos garantidos. Não é possível entrar no mercado de trabalho sem perspectiva de quando irá aposentar-se e com quais condições. Com essa PEC, os trabalhadores e seus filhos têm um único balizamento: nascer, trabalhar e morrer.

Enquanto Parlamentar, nunca votarei contra os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras (PALMAS). Nasci na roça, cresci na luta e continuarei firme na defesa dos que com suor e compromisso constroem este Estado e este País. A PEC interessa a quem?

Sem negar que precisamos dialogar, fazer ajustes, avançar, não aceitamos que apenas um lado, a do trabalhador, seja massacrado, que os direitos conquistados sejam desconsiderados e implodidos. No combate à perda de direitos, é preciso muita unidade e capacidade de articulação. O desmonte da legislação construída ao longo da história é a sustentação de um novo modelo de sociedade cada vez mais centrada na ganância, na concentração de renda, na individualização dos direitos e negação da inclusão social daqueles e daquelas que com o suor do rosto constroem suas vidas e de seus familiares.

Não há representação da população trabalhadora no que o Governo propõe. Há imposição e desmonte. O Brasil sempre foi um País desigual. Aos poucos, a luta dos trabalhadores foi conquistando minimamente novos espaços. Com a PEC, o atual Governo fragiliza ainda mais os empobrecidos e os que cumprem carga horária diária para sobreviver; favorece o aumento da vulnerabilidade social, da pobreza e das desigualdades no País. Um Governo que distancia os trabalhadores de seus direitos precisa ser repensado. Imaginemos uma professora aos 70 anos alfabetizando crianças; um agricultor sem recursos para contribuir com a Previdência até a morte sem se aposentar!

Apesar dos avanços conquistados, nos últimos anos, estamos muito longe do estado de bem-estar social. Há um grande mercado informal. Há falta de empregos, de formação para os trabalhadores, uma grande parte está sem completar a educação básica. Como propor que haja 49 anos de contribuição para que os trabalhadores aposentem-se integralmente? Humanamente impossível!

Irresponsabilidade social com essa vergonhosa proposição.

Em se tratando dos trabalhadores rurais, a exclusão pode ser ainda maior. Segundo Evandro Morello, Assessor da Secretaria de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, a PEC tira a expectativa de mais de 70% dos camponeses de alcançar a aposentadoria. Isso afeta a economia dos Municípios, a produção de alimentos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Evandro acredita que a reforma representará um desestímulo à permanência no campo, principalmente, para os trabalhadores mais jovens. O jovem tem que ser muito herói para permanecer no campo e manter-se no processo produtivo da agricultura.

Quem vai ficar no campo produzindo alimentos para o Brasil? O trabalhador e a trabalhadora rural gastam, atualmente, as suas aposentadorias para sobreviver, após muitos anos dedicados a lavrar a terra e a suprir com alimentos as mesas. Agora vão morrer à míngua?

Em Mato Grosso, estamos abertos e prontos para o diálogo e também para gritar sempre: nenhum direito a menos. (PALMAS)

Quero, na sequência, convidar para fazer o uso da palavra o nosso querido companheiro Deputado Federal Ságuas Moraes. (PALMAS)

O SR. SÁGUAS MORAES – Quero saudar cada um e cada uma e parabenizar o Deputado Valdir Barranco por ter convocado esta Audiência Pública. Nós estivemos contribuindo para isso, mais Foro Sindical e todas as entidades aqui representadas, que são muitas.

Este Governo conseguiu mobilizar o Brasil todo, porque essa Reforma afeta a todos igualmente.

Quero saudar aqui o Presidente desta Casa, Deputado Eduardo Botelho, que não somou esforços para que esta Audiência pudesse ser realizada. Eu acho que esse é o papel do Presidente, criar as possibilidades de fazermos os grandes debates. Eu que já fui Deputado Estadual por duas vezes, sei da importância que é este espaço aqui para travarmos um debate em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos, enfim, dos trabalhadores de um modo geral.

Dias atrás, fiz um pronunciamento na Câmara no qual disse que essa PEC de tão ruim é autoexplicativa, qualquer pessoa que lê já sabe que é eivada de maldades e de retirada de direitos dos trabalhadores.

Eu também tenho a chamado de PEC da morte, porque se você tem uma proposta de Emenda Constitucional que vai retirar direitos dos trabalhadores, que vai impedir que mais de 50% dos trabalhadores brasileiros morram antes de se aposentar, então não é a PEC da vida, não é a PEC da promoção social que o Deputado Valdir Barranco colocou aqui, porque essa condição do direito à vida, essa questão da promoção social foi garantida na Constituição Cidadã de 1988. E essa PEC vem justamente fazer uma Emenda à Constituição, negando direito aos trabalhadores. Contra isso, nós temos que nos rebelar.

Por isso, estamos aqui neste ato conclamando a cada Câmara de Vereadores – aqui já conversamos com alguns Vereadores que estão promovendo Audiências Públicas nos Municípios –, associações de moradores, associações de produtores, sindicatos, as centrais sindicais, o Brasil todo começa a se mobilizar para que possamos dizer um não a essa PEC.

Nós estamos assinando várias emendas, mas todos que estão levando as emendas sabem que nessa PEC não cabe Emenda. Ela é tão ruim que qualquer coisa que emendar... Só tem uma proposição que serve para ela, uma Emenda Supressiva total a essa PEC, porque não tem como fazermos Reforma da Previdência sem debater com a população brasileira. Eles queriam colocar em votação na Câmara dos Deputados no final deste mês, e essas emendas estão servindo.

O PT tinha decidido não apresentar Emenda. Apresentamos 14 emendas nas questões transitórias para ganhar tempo e na Comissão Especial prolongar mais esse tempo, e já conseguimos, a conclusão vai ser lá por abril na Comissão Especial. Mas queremos trabalhar para que possamos prolongar ainda mais e dar tempo para fazer o debate.

Quero dizer que a Previdência Social é um direito do trabalhador, mas diferente de outros direitos, porque todos nós contribuímos com impostos, ICMS, desde que nascemos, vários

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

impostos. Essa aqui é uma contribuição extra, uma contribuição que é solidária, contribuimos para quem está aposentado e esperamos quando aposentarmos outras pessoas estarem contribuindo.

Então, é uma contribuição extra que dá para qualquer brasileiro ter uma vida digna na velhice, quando estiver aposentado possa ter o mínimo de dignidade. É essa dignidade que o Governo quer tirar do trabalhador brasileiro.

E ele coloca uma idade de 65 anos para... As pessoas olham: “Mas, 65 anos acho que está bom”. Eu, por exemplo, discordo, porque nós temos que levar em conta o tempo de contribuição.

Se observarmos esse Presidente que aí está, que aposentou com 55 anos, para ele aposentar com 55 anos, pelas regras que ele está querendo impor ao povo brasileiro, ele teria que começar a contribuir com 06 anos de idade. Com seis anos, mais 49, ele aposentaria com 55 anos e com um salário de 30 mil reais.

É essa pessoa que está querendo dizer para o trabalhador rural que ele tem que aposentar com 65 anos; para os professores, profissionais da educação, que sofrem desgaste no dia a dia do seu trabalho, que também terão que aposentar com 65; quer igualar a aposentadoria de homens e mulheres todos com 65 anos. Mas o pior de tudo são os 49 anos de contribuição.

Quem neste País conseguirá reunir 49 anos de contribuição para uma aposentadoria integral?

Todo mundo, infelizmente, começa a trabalhar muito jovem neste País. Só a partir do Governo do ex-Presidente Lula que conseguimos dobrar o acesso nas universidades. Nós tínhamos 3,5 milhões de universitários e em 2014 já tínhamos 7 milhões e 300 mil universitários neste País; foram criadas mais de 425 Escolas Técnicas Federais para dar oportunidade a nossa juventude contra 140 em 90 e poucos anos.

Então, nós temos que gerar oportunidade para a nossa juventude, mas, infelizmente, só de algum tempo para cá é que essa oportunidade tem sido ampliada e os nossos brasileiros começam a trabalhar muito jovem. Mas, de qualquer modo, na iniciativa privada ou em qualquer outro trabalho quem começa a trabalhar muito jovem vai ter que passar por vários empregos ao longo da vida, ao longo dos 49 anos de contribuição. Vai passar por vários empregos! Vai ter um momento que ele vai passar um ou dois anos sem contribuir, e com isso será impossível para o trabalhador, de um modo geral, aposentar antes dos 74, 75 anos.

Para os servidores públicos que vão ingressar na carreira, no serviço público, cada vez mais tardio, porque cada vez mais se exige uma formação de nível superior para ingresso no serviço público, vai entrar com 22, 25 anos; em outras atividades com 27, 30 anos. Esses aí ultrapassarão dos 74 aos 75 anos para aposentar.

A expectativa de vida neste momento do brasileiro, este ano, é de 75 anos, ou seja, mais da metade vai morrer antes de se aposentar. Então, estamos tratando dessa situação.

E quando se fala em déficit da previdência, eu creio que precisamos dar mais visibilidade na questão da seguridade social, porque a seguridade social é previdência, é assistência e é saúde. E a ANFIP, que vem fazendo um trabalho extraordinário nessa discussão, juntamente com todas as entidades que estão compostas nesta mesa, mostra que é uma falácia essa questão do déficit.

Ela mostra aqui, tem uma tabelinha da ANFIP, que vocês vão ter a oportunidade de ver, eu acho que muitos já viram, mostra que se você contar a receita da Previdência, CONFINS, que foi criado e é a contribuição para o financiamento da Seguridade Social, mas é utilizado para superávit primário; o PIS e o PASEP, se você levar em consideração a contribuição sobre o lucro líquido e todas as contribuições de entidades, isso é receita. E se você, por outro lado, considera as

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

despesas com a Previdência, com a saúde, com o Bolsa Família e outros programas do Governo na área da assistência, ainda vai ter um saldo positivo de 11 bilhões.

Então, temos que discutir essa questão da seguridade social como um todo.

Não dá para ficarmos amarrados só na Previdência, só na saúde, porque nós precisamos tratar a seguridade como algo que possa garantir uma condição de bem-estar ao cidadão brasileiro.

Nós temos a melhor Previdência do mundo, que garante segurança ao trabalhador brasileiro, mas precisamos ampliar, dar visibilidade para esta questão da seguridade social como um todo, porque todos os tributos, todas as contribuições que deveriam ser somadas como receita para a seguridade social, contras as despesas, ainda assim teremos o lucro.

Mas vamos discutir a questão do déficit da Previdência.

E os 500 bilhões de sonegações das grandes empresas brasileiras.

Nós temos uma sonegação de 500 bilhões. Se você pergunta ao Governo: “não tem como receber isso?” “Tem muita questão jurídica... A Constituição não permite.” Então, vamos apresentar a PEC do Recebimento dos Sonegadores... (PALMAS)... e não a PEC para tirar das costas dos trabalhadores a receita necessária para um tal déficit, que não existe, nas nossas contas.

A questão das isenções que são dadas neste País. Sabemos que algumas são necessárias, mas temos que fazer uma revisão dessas isenções para que possamos ter mais recurso, mais contribuições.

O que precisamos trabalhar, o que o Governo precisa trabalhar é uma política de geração de emprego, porque quando o desemprego aumenta diminui a contribuição da Previdência. Quando você não vai atrás dos sonegadores, você reduz o dinheiro da seguridade social e da Previdência. Quando você dá isenções você também reduz o dinheiro da seguridade social, da educação e de vários setores importantes para a população.

Então, na verdade, essa PEC é um desmonte da Previdência Pública, a única que é garantida para o povo brasileiro.

Eles estimulam com isso a Previdência Privada. Eles colocaram... Qualquer jovem hoje fala: “Eu vou contribuir por 49 anos? Não tem jeito. Vou morrer antes.” E começa a contribuir para a Previdência Privada.

Nós tínhamos um Banco, o Banco Santos, que era o Banco das elites do Brasil, que oferecia Previdência Privada. Esse Banco quebrou.

E se você estivesse nesse Banco prestes a se aposentar? Você iria ficar no zero, você não iria receber nada na aposentadoria, nem fazer o resgate desse dinheiro que lá estava.

O Governo quer desmontar a Previdência.

É o desemprego que diminui a contribuição, dificulta a aposentadoria, discrimina o trabalhador rural, discrimina as mulheres. Esse desmonte é para sinalizar de forma positiva para o capital financeiro deste País, para dizer: “olha, estou aqui, vocês me colocaram aqui, agora nós estamos à disposição de vocês.

Vamos entregar o pré-sal...

A Reforma Trabalhista, que agora pretende a terceirização para todas as atividades, para todas as atividades.

Juntando a Reforma Trabalhista com essa Reforma Previdenciária, vai falar para você: agora você vai trabalhar terceirizado, você vai trabalhar por hora, você faz uma Previdência Privada...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Não queremos ser como os Estados Unidos, queremos garantir a solidariedade para os nossos trabalhadores, porque nos Estados Unidos vocês sabem que a saúde é privada - vocês sabem que a Previdência é privada.

Nós precisamos garantir a Previdência pública, que é a única que vai dar a garantia ao trabalhador brasileiro.

Então, o nosso jovem, quando entrar no mercado de trabalho vai diminuir a contribuição para a Previdência. O jovem não vai querer contribuir.

A Previdência vai quebrar se essa PEC for aprovada. Porque o desemprego está aumentando, há falta de política para geração de emprego, não há resgate ou ataque aos sonegadores, são as isenções e desestímulos à aposentadoria privada.

Com os trabalhadores rurais é a coisa pior do mundo, querem a contribuição individual - hoje ele contribui por produção.

Qual o trabalhador rural que vai ter condições de pegar um carnezinho e todo mês ir lá pagar? Não tem condições para o pequeno produtor. Não estou falando daquele empregado do agronegócio, estou falando do pequeno produtor, que contribui com 70% da alimentação. Esse vai deixar de contribuir ou vai escolher um da família para contribuir.

Os jovens deixarão de contribuir.

Então, essa reforma é um incentivo à iniciativa privada, à previdência privada e, com certeza, se essa reforma passar - e vai depender da nossa mobilização para que ela não passe -, nós vamos quebrar a previdência brasileira.

Nós não podemos admitir essa possibilidade. Nós não podemos... (PALMAS) Nós temos é que fortalecer essa previdência.

Nós não podemos desvincular a Previdência do salário mínimo, que deu ganho real a milhares de trabalhadores.

Eu já tive a oportunidade de ser prefeito, o Valdir também, algumas pessoas aqui, e tivemos o tempo da cesta básica na prefeitura. Os idosos iam humilhados na prefeitura pegar a cesta básica, pedir para comprar uma receita de remédio. De um tempo para cá não, porque foi garantida a assistência, foi garantindo um ganho real do salário mínimo, com aposentadoria vinculada ao salário mínimo. Com isso demos dignidade aos idosos deste País, às pessoas que mais precisam do apoio do Governo.

Não podemos concordar com o desmonte da Previdência e com o que está sendo colocado aí.

E, para finalizar, em 2015 havia um tal de fator previdenciário, que todo mundo brigava com ele. Aprovamos o negócio, que não era lá aquelas coisas, não era muito bom, mas já resolveria o problema que esse Governo está propondo, aquela regra de 85 e 95, tempo de contribuição mais idade, 85 para as mulheres e 95 para os homens, e até 2026 ela progredirá a cada dois anos, chegará a 90 anos para as mulheres e 100 para os homens, somando o tempo de contribuição com a idade. Desse modo, não iríamos penalizar quem começou a trabalhar muito cedo, nem iríamos facilitar a vida daqueles por idade, talvez, poderiam contribuir e alguns falarem que vai aposentar muito cedo.

Essa regra por si só já dava conta dessa questão. É uma regra arrochada também, uma regra que não é das melhores, foi aprovada, mas em substituição ao fator previdenciário, que em nossa opinião era pior.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Na verdade, o que o Governo quer não é melhorar a vida do trabalhador, ele quer é promover o desmonte da Previdência pública e garantir o fortalecimento da Previdência privada, do capital financeiro.

Por isso, precisamos nos mobilizar e manter essa mobilização o tempo todo e garantir essa mobilização no local de trabalho, nas Câmaras de Vereadores, nas associações, nas entidades de classe, porque nós já discutimos lá em Brasília, as centrais já chegaram num acordo, porque não adianta fazer mobilização de 50.000 lá em Brasília, porque não vai sensibilizar ninguém que é a favor da Reforma da Previdência.

É aqui no Estado, é onde o Deputado teve voto, é chegar lá onde ele teve o voto e dizer: “Olha...” (PALMAS) Porque na campanha, fomos fisicamente, por meio da propaganda eleitoral, entramos na casa de cada um de vocês, de cada brasileiro e dissemos: “Olha, queremos o seu voto para que possamos melhorar a sua condição de vida, para que possamos melhorar Mato Grosso, para que possamos melhorar o Brasil, para que possamos garantir a qualidade de vida à população”.

É aqui onde o Deputado teve voto, é aqui que precisamos chegar: “Deputado, agora somos nós que precisamos de apoio, nós te demos o voto, nós te demos o apoio, agora queremos seu apoio para que possamos garantir dignidade até o final das nossas vidas”.

Um grande abraço, conte conosco. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Quero comunicar, estou vendo muitas pessoas ainda em pé e temos alguns espaços aqui, mais alguns espaços na parte superior também para que vocês possam ficar mais à vontade. Aqui na frente há alguns espaços ainda, alguns lugares vazios. Estão reservados, mas as autoridades não comparecerão, podem sentar. O Senador está dizendo que as autoridades aqui hoje são vocês, o povo. (PALMAS)

Quero convidar para proferir sua palavra o Senador José Pimentel, Senador da República pelo Partido dos Trabalhadores do Estado do Ceará. É advogado de formação, foi Deputado Federal por quatro mandatos, Vice-Presidente da Comissão Especial de Reforma do Sistema de Previdência Social, que resultou na Emenda Constitucional nº 20, de 1999, e integrou várias Comissões Parlamentares, Ministro da Previdência Social de 2008 a 2010, foi eleito Senador da República em 2010. (PALMAS)

O SR. JOSÉ PIMENTEL – Vou ficar em pé para não perder o velho hábito. Quero dar um bom dia a todos e dizer que esta está sendo uma das Audiências Públicas das Assembleias mais representativas que nós já tivemos neste 2017, principalmente com esse tema.

Dar um forte abraço no Deputado Valdir Barranco, meu companheiro de Bancada aqui da Assembleia Legislativa, representado a Assembleia Legislativa já que o nosso Presidente tinha uma agenda previamente feita e pediu justificativa para poder sair.

E, em seu nome, Sr. Valdir Barranco, saudar todos os Deputados que integram esta Casa e registrar que, em 2007, eu estive também aqui na Assembleia Legislativa de Cuiabá trazendo um debate sobre o orçamento da União, que ali fui o relator geral do orçamento da União, em que deu todo esse processo do PAC, do crescimento econômico, da Previdência superavitária, a parte contributiva.

Abraçar o Deputado Ságua Moraes, meu companheiro de Bancada lá no Senado Federal, estamos mais juntos do que com todos aqui de Mato Grosso e registrar que, quando eu fui Ministro da Previdência Social, vim aqui ao Estado de Mato Grosso várias vezes, em uma delas foi para assinar ordem de serviço criando mais 08 agências da Previdência Social, de maneira que aqui, em Mato Grosso, todos os Municípios com mais de 20.000 habitantes passaram a ter agências da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Previdência Social, que era uma demanda aqui da população, dos sindicatos, das federações, da Assembleia Legislativa e da Bancada Federal.

Quero saudar todos os demais membros da mesa, nossas companheiras, nossos companheiros e começar registrando que o objetivo dessa reforma previdenciária é retirar qualquer contribuição do Estado, impedindo aí o Município, o Estado membro e a União do custeio do sistema previdenciário brasileiro, principalmente do Regime Geral da Previdência Social, em que está a maioria, e também do Regime Próprio.

Portanto, nenhum País do mundo deixa de ter participação no financiamento do sistema previdenciário, mas por conta da Emenda Constitucional nº 95, aprovada no final de 2016, que tinha como objetivo congelar a participação da União no custeio da saúde, da educação, agora vem o principal passo, que é retirar dos cofres públicos qualquer parcela de financiamento, de custeio do sistema previdenciário brasileiro, com exceção de dois deles: o regime dos militares, em que a contribuição é exclusivamente da União, e nesse sistema eles participam com 6% do seu soldo para custear o plano de saúde diferenciado e também a pensão dos seus dependentes. Em qualquer parte do mundo, os militares têm esse sistema. O segundo item é a Previdência Complementar, que é o grande objetivo de alavancar o mercado em que a União, como empregadora, participa com a metade e o empregado participa com a outra metade.

Esses dois sistemas não fazem parte da PEC 287, ficaram de fora, portanto, a partir de agora, tudo que nós vamos discutir é sobre o Regime Geral do INSS e o Regime Próprio dos Servidores Públicos, porque a Emenda Constitucional trata desses dois setores.

Essa medida alcança todos os trabalhadores desses dois setores, os que estão no mercado de trabalho e os que irão ingressar no mercado de trabalho, portanto não há qualquer exclusão dessas novas regras. E propõe uma regra de transição para a mulher que já tem 45 anos de idade e para o homem que tem 50 anos de idade, até porque esse público, em sua maioria, lá em 1999, já estava no mercado de trabalho. E a Emenda Constitucional nº 20 teve uma regra de transição mais vantajosa do que o que tem agora.

Os demais, a mulher que tem 44 anos, 11 meses, 29 dias está fora, tem todo esse acréscimo que daqui a pouquinho vamos tratar, e todo homem que tem 49 anos, 11 meses e 29 dias de idade está fora da regra de transição.

As reformas anteriores do final dos anos 90 e início do século XXI consideravam a regra de transição desde a posse, quem tem um dia de trabalho já entrava na regra de transição. Agora não, é o marco temporal, que é exatamente para prejudicar o grande emprego, o pleno emprego que nós tivemos no século XXI até 2014.

Essa medida tem como objetivo também retardar as aposentadorias, na mesma lógica dos 10 anos da PEC do gasto público, vocês lembram que ela congela os investimentos em saúde e em educação por 20 anos, divididos em dois períodos.

O primeiro período de 10 anos não permite revisão, com dez anos começa a revisão. É exatamente por isso que eles pegam a idade da trabalhadora rural e da pescadora artesanal, que é de 55 anos, hoje, e eleva para 65 anos, para ter um hiato de dez anos, basicamente, sem aposentadorias nesse período.

Ao fazer isso, eles estão retirando de cada mulher trabalhadora rural, de cada mulher pescadora artesanal, 130 salários mínimos! Porque são dez anos, você recebe doze parcelas por ano, mais o décimo terceiro, dá treze parcelas por ano, vezes dez, 130 salários mínimos, que nunca mais essas mulheres irão receber! E isso terá um impacto muito forte na economia municipal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Aqui em Mato Grosso, com raríssimas exceções, para cada um real que o Município recebe do Fundo de Participação do Município, esta previdência coloca no Município dois reais, no mínimo, o dobro. Na minha região, na região Nordeste, a razão é de um para três, para cada um real que o Município recebe do Fundo de Participação, em média, a previdência paga três reais para aquele Município. É isso que alavanca a economia local, circulando o dinheiro, movimentando o comércio, e gerando renda para o Município.

Portanto, outros grandes prejudicados são exatamente os Municípios de todo o Brasil, em qualquer parte do Brasil, pois retirando os grandes centros, a relação é esta: dois para um. Essa Previdência também reduz os benefícios. O que é que ela faz? Desvincula do salário mínimo dois grandes benefícios: a pensão por morte para os dependentes e também a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social.

O constituinte de 88 escreveu na Constituição, “ninguém recebe um benefício menor do que um salário mínimo”. A partir daí não tem vinculação ao salário mínimo. Exatamente por isso, todas as pensões, o piso é de um salário mínimo e distribui-se esse valor entre os dependentes, e quando um dependente deixa de sê-lo, incorpora-se esse valor para o dependente ainda existente.

O que é que eles fazem agora? Fixam a pensão em 50% da aposentadoria, 80% das aposentadorias do Brasil são de um salário mínimo. Então, esse dependente, esse viúvo ou essa viúva, começa recebendo meio salário mínimo. E, para cada dependente, somam-se dez pontos, de maneira que não ultrapasse o valor da aposentadoria.

Em outras palavras, numa família de 05 pessoas, o pai, a mãe e 03 filhos – que é a regra normal na agricultura, no interior, nas famílias que trabalham na roça, como nós dissemos –, morrendo o homem, a pensão dessa família seria, hoje é de um salário mínimo, que é sua aposentadoria, passaria a ser 90% do salário mínimo. E na proporção que cada um for adquirindo a sua maioridade, esses 10% são retirados. Não incorpora como é hoje. De maneira que, se for somente a viúva, ela vai receber 60% do salário mínimo. Hoje é, no mínimo, um salário mínimo.

A outra grande mudança é no BPC, no Benefício de Prestação Continuada, que é a nossa LOAS, a Lei Orgânica da Assistência Social. Hoje, é concedido aos 60 anos de idade. E aqui beneficia o pobre do pobre, aquele que não conseguiu comprovar qualquer sistema de trabalho ou de contribuição. Portanto, é o pobre do pobre. Ele eleva essa idade, de 65 para 70 anos. E a vida média no Brasil é entre 74, 75, aqui o Deputado Ságua Moraes já fez referência. Só que para os mais pobres, que não tiveram nenhum acesso à alimentação adequada, que não tiveram a saúde necessária, ele morre mais cedo. É desse que nós estamos tratando. Eleva para 70 anos e desvincula do salário mínimo. Hoje nós temos 3 milhões e 400 mil pessoas beneficiárias do BPC, do Benefício de Prestação Continuada.

Esse público, uma vez promulgada a Emenda Constitucional, perde a vinculação com o salário mínimo. De imediato, os reajustes serão frutos de uma lei específica, que não poderá ser superior à inflação durante vinte anos, como determina a Emenda Constitucional nº 95, a chamada PEC do Gasto Público. E esse público, todo ele terá um valor inferior a um salário mínimo definido em lei. Virá uma medida provisória depois dizendo qual será a remuneração desse setor. E não tem direito adquirido nessas matérias, uma vez promulgada a Emenda Constitucional - que espero que seja rejeitada, por isso o Brasil todo está debatendo - entram em vigor essas novas regras.

Portanto, um dos objetivos dessa Emenda Constitucional é igualar as obrigações entre mulher e homem, sem igualar os direitos. Simplesmente unifica em 65 anos essas idades, com um agravante também para as professoras. As professoras da creche, do ensino infantil, do ensino

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

fundamental e do ensino médio, hoje, se aposentam com 25 anos de contribuição, e recebem o salário do mês e 50 anos de idade. Essa idade de 50 anos eleva para 65 anos. Portanto, a professora da creche vai ficar mais 15 anos lá na sua sala de aula, cuidando dos nossos filhos, que são a coisa mais sagrada que o nosso Criador deixou para a humanidade, a nossa família. E esse tempo de contribuição, que hoje é de 25 anos para se aposentar com o salário do mês, é elevado para 49 anos. Ou seja, essa mulher tem um aumento de 15 anos na idade e mais 24 anos de contribuição para se aposentar com o mesmo salário que se aposenta hoje.

Parece que esse Governo ilegítimo do Itamar Franco... do Michel Temer - eu me lembrei do Itamar, porque foram as propostas anteriores, quando eu cheguei ao Parlamento em 1995, que nós já encontramos tramitando - é inimigo das mulheres. Eu não consigo compreender a cabeça de alguns homens. Esse é um deles. O grande prejudicado aqui são as mulheres. Todos são prejudicados, mas esse segmento, principalmente, a pescadora artesanal, a trabalhadora rural e as educadoras da nossa família, dos nossos filhos e das nossas filhas.

Esse sistema também unifica as regras entre o serviço público e a iniciativa privada, e professores com os demais trabalhadores, conforme havia registrado.

A desvinculação do salário mínimo, eu já fiz referência, do BPC também, os 70 anos.

A Regra de transição, nós já falamos, a mulher que tem 45 anos terá que trabalhar a metade da diferença entre os 45 anos e 65 anos de idade. Ou seja, ela que se aposentaria, a professora, hoje, aos 50 anos de idade e tem 45, você faz a diferença e ela terá que pagar esse pedágio que é extremamente injusto para a maioria delas.

O grande objetivo é estimular a Previdência Privada dos bancos. Por que isso? Porque foram os bancos que financiaram em grande parte a retirada de um projeto de nação que tinha como objetivo o crescimento econômico com distribuição de renda e inclusão social. Nesse sistema todos ganharam, mas uns mais do que outros. Quem ganhou mais? Os mais pobres. Como somos o País que foi o último das Américas a libertar seus escravos, essa meia dúzia da casa grande de ontem, que, hoje, têm o controle da produção, não aceitam que um país, que é a quinta população do planeta, com mais de 200 milhões de pessoas, estruturou uma política social que até 2015 a Previdência Pública Urbana, que é a contributiva, era superavitária, conforme vou mostrar um pouquinho mais à frente.

Em um ano, em 2016, eles comeram, o termo é este, os 30 bilhões de saldo positivo que tivemos na Previdência Contributiva Urbana. Entre o que nós arrecadamos e o que pagávamos sobraram 30 bilhões entre 2011 e 2014. Além de comerem os 30 bilhões, ainda, deixaram um buraco de 46 bilhões de reais na Previdência Pública Urbana Contributiva. Isso foi feito com a extinção do Ministério da Previdência e a transferência das arrecadações para o Ministério da Fazenda.

É por isso que no Senado Federal já temos trinta assinaturas para instalar a CPI da Previdência para averiguar... (PALMAS)... para averiguar como em um ano se dá um rombo de 76 bilhões de reais numa Previdência que foi superavitária até 2015. Ao mesmo tempo, estamos colhendo assinaturas para uma CPI mista. Estamos com mais de dificuldades, e o Deputado Ságuas Moraes sabe disso, com os deputados federais, porque lá é preciso de, no mínimo, 172 assinaturas. O Deputado Ságuas Moraes e uma série de outros Deputados estão com essa tarefa.

Vamos aguardar até o final de março e se conseguirmos a CPI Mista, Deputado Ságuas Moraes, será ela, senão, vamos com a específica do Senado Federal enquanto se faz o debate na Câmara Federal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

O constituinte de 1988 criou o sistema da seguridade social. Esse sistema financia a saúde, a assistência e a previdência e se comunica na arrecadação e, também, na despesa. Ele sempre foi superavitário e no último ano, em 2016, sobraram 11 bilhões de reais.

Aí está! Exatamente!

A Seguridade Social é composta sobre a arrecadação da folha de pagamento, sobre a receita, sobre o faturamento ou o lucro das empresas, COFINS, a contribuição sobre o lucro líquido, concurso de prognóstico que são as loterias e das importações de bens ou outros serviços.

Portanto, o que quer o Governo ilegítimo? Ele quer retirar qualquer contribuição do Estado para a Previdência brasileira e ela ser custeada, exclusivamente, pelos empregadores e pelos trabalhadores. Por isso, eles construíram a tese do déficit, porque trabalha, exclusivamente, com a contribuição do trabalhador e do empregador. E no setor público o Estado, o Município e a União como empregadores. O Estado, o Município e a União participam com 2 reais para cada 1 real que o empregado ali coloca. Sem esquecer que até 1995 a maioria dos Municípios e dos Estados não pagava sua parte, a parte como empregador, e a parte que ele recolhia do empregado se apropriava. Era uma apropriação indébita. Na Emenda Constitucional 41, de 2003, isso passou a ter uma escrituração e passou a ter um controle. Ele quer, em um curto espaço de tempo, pegar esse passivo até 2003 e colocar nas costas do servidor público municipal, estadual e da União. Por isso, apresenta déficit, mas não esclarece que até ali ele não fazia a arrecadação da parte dele que era obrigação.

Em todo o planeta todo sistema previdenciário tem a participação do Estado, entendido aí o Pacto Federativo. Esse desenho é o primeiro do planeta. Nem o Chile e nem o México, que fizeram uma reforma radical nos anos 90, tiveram a ousadia de assim procederem.

Aqui é exatamente um comprometimento, em 2013, de um quadro de alguns países que a economia é muito próxima da nossa.

Começando pela Itália, eles têm algo em torno de 16% do produto interno bruto daquele país, da parte da União assumida pelo Estado. E aí chegamos ao Brasil, em 2013: tinha algo em torno de 8%. É um dos menores do mundo com essas regras atuais. Mesmo assim, eles querem pegar esses 8%, em média, que vêm da Seguridade Social paga por cada trabalhador e por cada empregador e se apropriarem. Com que objetivo? Dar dinheiro para banqueiros no Brasil, que é o setor mais lucrativo da economia, e colocar todo sistema previdenciário sendo custeado pelos empregadores e pelos trabalhadores.

Ao final temos, exatamente, o Chile e o México que são as menores participações, porque fizeram algo parecido com isso nos anos 90, mas assegurava a todos no México e no Chile uma aposentadoria de um salário-mínimo deles, que é maior que o nosso.

Aí estamos demonstrando, exatamente, o que foi arrecadado na Seguridade Social, conforme prevê o Art. 198; o que foi pago, de amarelo, com saúde, assistência e previdência; e o saldo positivo, em 2015, que foi o ano do chamado sistema de esvaziamento dos recursos públicos, patrocinado pelo Eduardo Cunha, na Câmara Federal, a chamada “pauta bomba”, de tudo o que eles fizeram. Mesmo assim, ainda, sobraram 11 bilhões e 900 milhões de reais.

A próxima lâmina mostra a política de desoneração da carga tributária na parte das contribuições da Seguridade Social.

Portanto, tínhamos, em 2007, uma desoneração de 18 bilhões e 600 milhões; em 2015 o auge da “pauta bomba” foi para 157 bilhões de reais, dinheiro retirado pela DRU, pelas desonerações, pela alteração da contribuição patronal que era sobre a folha para o faturamento. Isso não é problema desde que a contribuição sobre o faturamento fosse justa, equivalente ao que se cobrava sobre a folha, e teria que ser de 2,5 % do faturamento. Foi reduzido para 1,5%. Essa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

diferença foi transferida para algo em torno de 4 mil empresas, grandes empresas do Brasil, que levou o saldo positivo, que vou já mostrar, de 30 bilhões da previdência contributiva urbana para 4 mil empresários que também foram os financiadores do golpe parlamentar de Estado.

Próxima.

Aqui é comparando com o PIB. Eles trabalham tanto com o PIB e nós também trabalhamos.

A linha de baixo é a previdência específica dos militares. Em 2001, 2002, eles tinham algo em torno de 09% do PIB, o custeio da previdência dos militares. Em 2003, 2001, foi feito um ajuste; foi complementado, em 2003, de maneira que trouxéssemos esse sistema para 0,5% do Produto Interno Bruto. Chegamos ali algo em torno de 54%, 55% entre 2011 e 2015. Mesmo com o PIB negativo de 2015 e 2016 esse sistema oscilou pouco.

Portanto, o planejamento feito em 2003 para que o sistema previdenciário dos militares ficasse em 5% do produto interno bruto para ser combatível com os outros países vinha sendo cumprido e continua sendo cumprido. Esse sistema não está sendo mexido neste momento.

A segunda linha trata dos servidores civis da União. Nós planejamos para que esse sistema, até 2042, chegasse a zero, e nesse período decrescente ele já chegou a ser 1,3, 1,2. A partir de 2007 ele ficou entre 1,2 e 1,3, mesmo com a crise de 2015 a 2016, em 2015 foi 1,1 e 2016 1,10. Esse sistema está sendo zerado com a contribuição do aposentado e da pensionista naquilo que excede ao teto do regime geral, que hoje é 5.531. Então, é um planejamento para zerar em 2040 a 2042.

Lá em 2003, quando foram feitos esses cálculos atuariais, quando foi feita essa pactuação, precisava de 350 bilhões de reais. Por que isso? Porque até 2003 o Estado e a União não contabilizavam os 22% para o regime próprio do servidor público. A partir de 2004 é contabilizado, é escriturado, é dado transparência exatamente para que todos possam acompanhar. E em 2040 esse déficit de 1,1, que hoje nós temos, zera e vai caindo ao longo do tempo e não precisava dessas regras para que isso se materializasse.

Para o serviço público, desde 2004 é a fórmula 85-95, 85 pontos, que são 55 anos de idade e 30 de contribuição para a servidora pública e de 95 para o servidor público, que é 60 mais 35, que dá 95 pontos. Esse sistema é que permite esse zeramento durante esse período. E nós tivemos o cuidado aqui de criar as fontes para garantir isso, que é exatamente a seguridade social que sai da contribuição dos trabalhadores, dos empregadores e dos arrecadados.

Agora, o ilegítimo quer pegar esse dinheiro, tirar de nós e dar para os banqueiros.

A linha de cima é o regime geral. Nesse sistema nós tínhamos, em 2007, 5 milhões e 400 mil ações previdenciárias em que o Estado negava direitos aos trabalhadores do campo e da cidade para retardar o pagamento e deixar para o outro.

Eu assumi o Ministério da Previdência em 2008, e desde 1995 todas as matérias que passaram pelo Congresso Nacional ou eu fui Relator ou eu fui membro titular dessa matéria.

No Instituto de Cidadania, de 1999 a 2002, eu coordenei todo o grupo Previdenciário do Projeto de Nação do Contrato Social, eleito em 2002 e vigente a partir de 2003. Esse projeto tem como objetivo que todo homem e toda mulher de um País, que é a quinta população do planeta, que já foi a sexta economia do planeta até 2014 e caminhava para ser em 2018 a quarta potência econômica do planeta, com as maluquices de 2015, 2016, 2017 e resultado da divisão que o partido teve no seu contrato social em 2014, nós hoje somos a 9ª potência e vamos findar 2017 sendo a 11ª.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Estamos iguais ao caranguejo, já não andamos nem sequer de lado, estamos andando para trás. E vamos precisar de um novo contrato social, de um novo pacto da Nação para que esse Brasil volte a crescer, volte a ter inclusão social e distribuição de renda.

E aqui no regime geral, em 2008, nós fizemos um grande acordo envolvendo o Ministério Público, a Defensoria Pública, os sindicatos, principalmente os rurais e pescadores artesanais, e o Poder Judiciário Federal e o Poder Judiciário Estadual para reconhecerem todas as sentenças de primeiro grau favorável ao trabalhador, e a partir dali nenhuma ação seria julgada antes de uma audiência de conciliação. E nós estamos resolvendo grande parte desse passivo e passamos a pagar desde 2009, todo ano, 7,5 bilhões de passivo, incorporando.

Esse processo andou bem até 2013. De 2014 para cá, ele teve um esvaziamento, uma paralisação. E um dos temas do Congresso Nacional que vamos ter com os trabalhadores rurais e a construção da agenda, o chamado Grito Brasil, é exatamente esse tema para que voltemos a reconhecer esse direito.

Portanto, aqui nesta fase, de 2008 até 2014, teve um crescimento menor, mas em 2015 e 2016, por conta do PIB negativo, cresceu um pouco mais.

Dentro dessa pactuação lá de 2008, vocês vão ver na parte de baixo, na vermelhinha, que, em 2007, na Previdência Contributiva Urbana entre o que nós arrecadamos e o que nós pagamos, faltaram 22 bilhões e 800 milhões de reais.

Eu chego ali, em 2008, com uma série de tarefas em que o melhor e o maior Presidente de toda a história do Brasil, que é Luiz Inácio Lula da Silva, dizia: “Pimentel, eu o conheço desde 78...” - eu sou bancário do Banco do Brasil - “... e você sempre trabalha essa agenda da Previdência. Teve a felicidade de ser eleito Deputado Federal, em 95, pelo nosso Partido dos Trabalhadores”. Tive quatro reeleições, sequenciadas e sou também o primeiro Senador da República pelo nosso Partido dos Trabalhadores do Estado do Ceará. Isso era 2007. Você foi o Relator do Orçamento da União que permitiu montar toda essa estrutura do PAC da Infraestrutura, do crescimento econômico, da diminuição das desigualdades regionais, mas tem um problema, que é a Previdência, Previdência essa que hoje leva em média 180 dias para conceder um benefício.

O Brasil é conhecido, quando se fala em péssimos serviços públicos, falar na Previdência, nas famosas filas da madrugada. Nós marcávamos na época o nosso local, porque nós dormíamos na fila, pelo poste de luz para chegar à porta da Agência. Chegava ali e 05h, 05h30min da manhã a nossa mulher nos ligava e perguntava: “a quantos postes de luz você está da porta da Agência para eu levar um cafezinho quente para tomarmos?”

Daí nós dizíamos: dez postes.

Eram duas filas contornando o quarteirão.

Trouxemos para meia hora esse benefício. Em alguns momentos chegavam a cinco segundos. Montamos um banco de dados de reconhecimento automático do direito previdenciário, cadastramos todo mundo, reconhecemos até quatro módulos de terra da agricultura familiar, tiramos dali algo em torno de 550 mil pequenos proprietários que não eram agricultores familiares, construídos com as entidades do campo e firmamos um termo de compromisso de atualizar isso e reconhecer.

Isso veio até 2013. Hoje não é mais assim.

Para completar, na construção do golpe de 2015, o serviço público, parte dele, puxou o freio de mão.

De 2011 a 2014 nós concedíamos algo em torno de 4 milhões e 800 mil benefícios por ano por Regime Geral. Em 2015 isso caiu para 4 milhões e 60 mil.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Ou seja, em 2015 deixamos de conceder 01 milhão e 800 mil benefícios, que era a média, com os mesmos trabalhadores e as mesmas trabalhadoras.

Fizemos quatro meses de greve para não conceder licença à saúde, licença maternidade, perícia médica e benefícios. Com que objetivo? Para jogar os trabalhadores contra uma Presidente que estava em dificuldade. E conseguiram!

Em 2016 voltou para 4 milhões e 700 mil benefícios e estamos hoje com uma fila de trabalhadores no cadastro sem atender, fruto do que nós cometemos em 2015.

É preciso que esse debate seja feito, porque nós montamos a estrutura de Estado e melhoramos os salários para cuidar bem dos mais pobres, e quem precisa dos serviços são exatamente os mais pobres.

Estou tratando da previdência porque foi uma área em que concedíamos benefícios. Em até meia hora abrimos 720 agências novas. Aqui no Mato Grosso vim pessoalmente dar ordem de serviço e acompanhar as oito agências novas que instalamos nesse processo.

A próxima é regime especial do trabalhador rural.

Aqui temos um conjunto de isenções e são poucos os que pagam. Os trabalhadores rurais da agricultura familiar e o pescador artesanal pagam sobre a comercialização da safra – e está correto – porque é economia de subsistência e nós da cidade podemos não ter uma bicicleta para andar, podemos não ter um carro para passear, mas se na nossa panela não tiver o arroz e o feijão, a massa do milho, a farinha da mandioca, nós não sobrevivemos, e sob a ótica meramente econômica, um trabalhador na cidade ele custa para os cofres públicos, em média, dois salários por mês com limpeza pública, transporte coletivo, segurança, esse conjunto de serviços que a cidade tem que bancar, enquanto que essa mesma família, ficando lá no seu roçado, com sua aposentadoria nessas regras, com água, com luz, com saneamento básico, ainda que não tenha um saneamento básico, tem a luz e a água está bem adiantada, ele custará para os cofres públicos um salário mínimo.

Até sob a ótica econômica, e não estou aqui diminuindo a necessidade do respeito e do direito a todos num país rico, economiza 50%.

Portanto, para aqueles que são do mercado, até manter a aposentadoria aos cinquenta e cinco anos para a mulher e aos sessenta anos para o homem, como é hoje, é uma economia de 50%.

Infelizmente, a maldade daqueles que acham que tudo deve ser a favor do mercado... Esquecem isso, porque para eles nós não somos gente, nós somos um ponto numa escala de custos e é dessa forma em que boa parte desses economistas que estão com essa visão nos tratam.

A próxima, para ir concluindo.

Ajuste fiscal, já fiz referência.

Aqui é o grande capítulo da Emenda Constitucional nº 95, em que congelamos os investimentos em saúde e educação e agora estamos definindo que o Estado não participará com nenhum centavo da Previdência brasileira.

O mito da generosidade.

Nossos salários são em média 70% do valor praticado nos outros países que têm o nosso mesmo padrão econômico, portanto, nossa previdência é equivalente a isso comparado com o benefício dos outros países. Portanto, é uma mentira dizer que o nosso sistema é generoso. Ele é extremamente injusto.

A próxima.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Chega a companheira, aos 60 anos de idade, para o seu companheiro, aos 64 anos e onze meses, e diz: “Tu vais te aposentar quando?” Ele diz: “- Na próxima encarnação, porque o ilegítimo Michel Temer não quer que a classe trabalhadora possa ter o mínimo de dignidade”.

Muito obrigado. (PALMAS)

(A PLATEIA SE MANIFESTA DIZENDO EM CORO: “FORA TEMER”)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Quero agradecer e parabenizar o nosso orador, Senador José Pimentel, pela sua belíssima e esclarecedora explanação.

Cumprimento a nossa companheira Enelinda Scala, Vice-Presidente do nosso Partido dos Trabalhadores. (PALMAS)

Cumprimento o nosso companheiro, o Deputado Prof. Allan Kardec, que já está aqui presente, vai fazer o uso da fala daqui a pouco, um dos nossos baluartes na defesa dos trabalhadores aqui na Assembleia Legislativa para o enfrentamento do que o Governador Pedro Taques quer fazer com os servidores públicos nos próximos dias na Assembleia Legislativa... (PALMAS)

Vai ter luta e vai ter resistência.

Cumprimento e convido para a mesa o Vereador, representando a Câmara Municipal de Cuiabá, Dilemário Alencar.

(A PLATEIA SE MANIFESTA.)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – O Vereador Dilemário está avisando, está comunicando e convidando para, próximo dia 31, às 9h, participar da Audiência Pública da Reforma da Previdência na Câmara Municipal de Cuiabá para discutir a PEC nº 287.

Convido para fazer uso da palavra e proferir sua palestra o Sr. Juraci Moreira Souto, Secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG, pelo tempo regimental teremos quinze minutos para sua palestra. (PALMAS)

O SR. JURACI MOREIRA SOUTO – Acho que vou gastar menos, Deputado.

Bom dia a todos e a todas, nós queremos saudar especialmente nosso Deputado Valdir Barranco, autor do requerimento que gerou esta Audiência Pública, em nome dele saudar toda a mesa aqui composta. Mas, queria fazer uma saudação especial aos nossos dirigentes, às nossas dirigentes dos nossos sindicatos dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais aqui presentes na pessoa do nosso Presidente Nilton, Presidente da nossa FETAGRI de Mato Grosso, bem como às nossas centrais sindicais aqui presentes.

Agradecer a iniciativa e valorizar muito atos iguais a este, da iniciativa da nossa Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Dizer para o Deputado Valdir Barranco que é exatamente isto que nós estamos procurando, trazer esses esclarecimentos que o nosso querido Senador José Pimentel trouxe, com detalhamento minucioso para que a população, o nosso povo possa compreender exatamente onde estão as inverdades na proposta do Governo em relação à mudança e à Reforma da Previdência.

Nós tínhamos trazido inclusive alguns dados, Senador, mas vamos dispensar porque compreendemos que a sua apresentação aqui verdadeiramente nos satisfaz e traz à luz a verdade do que está por de trás daquilo que o Governo está propondo.

Então, nós queremos fazer esse agradecimento, esse registro, estão valorizando muito, a CONTAG, suas 27 Federações, está realizando eventos e promovendo ações dessa natureza para que nós possamos trazer à sociedade como um todo e às nossas autoridades que têm compromisso com o social do nosso País para compreendermos e lutarmos juntos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Primeiro ponto é esclarecer, na proposta do Governo, que os trabalhadores e as trabalhadoras rurais são privilegiados, porque acessam benefício sem contribuírem, é a primeira inverdade, é a primeira mentira que esse projeto nos traz, porque nossos dirigentes estão aqui, nossos presidentes de sindicato e nosso presidente sabem perfeitamente que nós da agricultura familiar não só contribuimos financeiramente para o sistema previdenciário, mas também contribuimos com a produção de produtos limpos, produtos saudáveis e somos 70% do abastecimento interno do nosso País.

Então, além de contribuirmos financeiramente, que é 2,3% da produção que nós estamos produzindo nas nossas unidades produtivas familiares, nós ainda contribuimos com a manutenção da qualidade de vida e de produtos saudáveis para manter a mesa do nosso povo brasileiro.

Foi trazido também, tanto pelo Deputado Valdir Barranco como pelo Senador José Pimentel, que as aposentadorias rurais hoje influenciam na manutenção dos nossos Municípios, principalmente dos Municípios com até com 50.000 habitantes. Senador José Pimentel trouxe isso com muito detalhe, trouxe até com mais detalhe que nós estávamos precisando saber, dos percentuais em relação ao fundo de participação.

Nós tínhamos esse levantamento, esse dado, em que 70% dos Municípios com até 50.000 habitantes, a participação das aposentadorias rurais na manutenção dos Municípios é maior do que o fundo de participação, Senador, é muito maior.

Então, nós também estamos trazendo essa informação. Agora, o objetivo principal que nós estamos trazendo para dialogar e para refletir conjuntamente, que queremos chamar atenção... Nós temos quase certeza que esse projeto não vai passar da forma como está proposto, aí nosso querido Deputado Federal e o nosso querido Senador podem ter mais informação do que nós que estamos fora do Congresso Nacional.

Mas, nós temos convicção de que esse projeto, do jeito que está, não vai passar nem na Câmara e nem no Senado, por quê? Porque nunca se conseguiu tanta unidade na luta daqueles que têm compromisso com as questões sociais do País como estamos conseguindo agora. Conseguimos unidade em todas as centrais sindicais, que têm compromisso com os trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanas deste País. Estamos conseguindo unidade numa boa parte dos nossos partidos que têm compromisso com o social do País.

Para aqueles que não têm compromisso com o nosso povo, foi dito aqui e é verdade, vamos ter que ameaçar o mandato desses Deputados Federais em 2018 (PALMAS). Se eles não forem ameaçados, se eles não se sentirem ameaçados na sua reeleição em 2018, eles não mudarão de opinião, não mudarão de postura (PALMAS). Eles só mudarão de postura se eles se sentirem ameaçados.

Aí, Srs. Deputados presentes, é importante a Assembleia Legislativa de Mato Grosso colocar os Prefeitos e as Prefeitas municipais deste Estado na roda da conversa para pressionar seus parlamentares, porque é lá que eles vão buscar voto. Chamar a atenção dos Vereadores neste momento (PALMAS), é necessário que os Vereadores entrem nessa luta conosco. Não é possível que os Vereadores, que recebem voto do nosso povo, neste momento, não estejam do nosso lado. Então, esse é o grande objetivo dessas Audiências Públicas, é gerar fragilidade nas recandidaturas desses parlamentares que não têm compromisso com o povo, no ano que vem. (PALMAS)

Eu queria trazer essa posição e é essa a posição que a CONTAG, as nossas federações e os nossos sindicatos estão defendendo, é fragilizar a base eleitoral desses parlamentares

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

que estão aliados com o Governo Federal, com os banqueiros e com o poder econômico para tirar direito do nosso povo.

Muito obrigado a todos e vamos à luta. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido para fazer uso da palavra o Deputado Prof. Allan Kardec.

Anuncio a presença da Deputada Janaina Riva, a Oposição está se fortalecendo na Assembleia Legislativa. Vamos lutar, Deputada Janaina Riva, junto com Vossa Excelência para que prospere aqui a CPI do MT Prev. (PALMAS)

O SR. PROF. ALLAN KARDEC – Bom dia a cada uma e a cada um! Bom dia, meu povo!

(A PLATEIA RESPONDE BOM DIA.)

O SR. PROF. ALLAN KARDEC – Eu quero parabenizar o Presidente desta Audiência Pública, meu líder, Deputado Valdir Barranco, em seu nome eu parabenizo todos os Deputados e a Deputada de luta deste Parlamento Estadual. Parabéns, Deputado Valdir Barranco!

Nós não podíamos deixar de trazer ao Parlamento Estadual a discussão de maior relevância da história recente do País, que é, além do golpe, o assassinato dos nossos direitos e, em especial, da nossa grande Previdência Social. Parabéns, Deputado Valdir Barranco! Eu peço uma salva de palmas ao nosso líder, Deputado Valdir Barranco. (PALMAS); Deputado Federal Ságuas Moraes, obrigado pela presença, eu tenho certeza de que a luta dos Partidos dos Trabalhadores e a sua luta na Câmara Federal farão com que esse Governo ilegítimo repense e não leve à frente a Reforma da Previdência, que de reforma não tem nada. É um golpe. Obrigado, Deputado Federal Ságuas Moraes!

Eu cumprimento o Senador José Pimentel, de uma maneira especial, pela maneira com que Vossa Excelência teve a disposição de voltar ao Estado de Mato Grosso e dar uma aula para nós aqui. Esse material, que já foi requerido pelo nosso líder, Deputado Valdir Barranco, vai ser disponibilizado para todos e todas, é uma aula de como se faz transparência com relação às nossas questões previdenciárias. Nenhum recuo, nenhum passo atrás, e nós contamos com a sua força e a sua vitalidade no Senado para continuar representando o trabalhador e a trabalhadora do Brasil. Uma salva de palmas ao Senador José Pimentel. (PALMAS)

E finalizo os cumprimentos, e não poderia deixar de cumprimentar o meu líder João Dourado, Presidente da CUT, em seu nome todas as centrais, todos os sindicatos, todas as organizações, obrigado por estar sempre em todas conosco, João Dourado. Viva a CUT, viva os trabalhadores do Brasil. (PALMAS); cumprimento o Oscarlino, da SISMA, guerreiro, que no ano passado, junto com os Deputados e a Deputada, uma salva de palmas para você e a Frente Sindical... Oscarlino que é o meu vizinho há 30 anos no Bairro Cophema, eu tenho orgulho de dividir esta mesa com você, Oscarlino. Eu tenho certeza de que este ano nós teremos que reforçar as fileiras, já vou falar porque, e o senhor está mais do que antenado de que este mês nós vamos precisar de todas as forças possíveis do trabalhador e da trabalhadora para fazer um enfrentamento com este Governo que tal e qual o Governo Federal, este Governo Estadual tenta achatá-los direitos dos trabalhadores, mas aqui ele vai encontrar resistência, vai encontrar luta e vai perder essa disputa aqui na Assembleia Legislativa.

E, por fim, eu cumprimento o meu companheiro Dilemário Alencar, representando a Câmara Municipal de Cuiabá, que também junto com o Ex-Vereador Arilson da Silva, que já presidiu o Sindicato dos Trabalhadores dos Bancários e Bancárias... Estamos na luta, Dilemário Alencar, estaremos juntos com você.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Gente, eu vou ser bastante sucinto porque tem muita gente para falar, nós viemos aqui para ouvir e deixar condicionado o nosso mandato na luta a favor do povo trabalhador do Estado de Mato Grosso.

Quero dizer que está claro o cenário do golpe e agora as consequências dele. O capital e o trabalhador. Parece aquela máxima marxista, Prof. Rondon, professor, doutor, sociólogo Rondon, está posto novamente! Porque estão tentando, a todo custo, diminuir a força do trabalho, aumentar o tempo eternamente para que se aposente. Por que é que fizeram a Reforma do Ensino Médio, colocando o aluno, o adolescente no mercado de trabalho, tirando sociologia, filosofia, artes, educação física, diminuindo esse espaço de pensamento da escola, Prof.<sup>a</sup> Rosa Neide? Por que é que querem forçar a não aposentadoria para que nós, trabalhadores e trabalhadoras, como bem disse o Senador José Pimentel, nos dirijamos aos bancos privados e paguemos uma contribuição em um banco privado, uma previdência ecoada. Isso é a força do capital!

E aqui no Estado de Mato Grosso não é diferente, Deputada Janaina Riva, enquanto não se chama os grandes vendedores de soja, de algodão e de milho para vir contribuir conosco na arrecadação do Estado, tentam passar um teto de gastos colocando mais 3% no lombo do trabalhador, do servidor público estadual, aumentando a nossa contribuição previdenciária de 11% para 14%. Enquanto faz o quê? Mais benefício para o grande produtor, para aquele que vende a nossa soja *in natura*, para aquele que vende o nosso algodão *in natura*, para aquele que vende a nossa madeira sem beneficiamento, enriquecendo a partir da Lei Kandir e dos programas de benefícios para o empresário.

O Governo Estadual também está repetindo essa fórmula do Governo Federal e será combatido aqui por nós. Será combatido por essa frente de resistência na Assembleia Legislativa, a Deputada Janaina Riva já mostrou o seu valor, o Deputado Valdir Barranco, nosso grande líder do Partido dos Trabalhadores.

Finalizo dizendo aos trabalhadores da educação, em especial, e a todos os trabalhadores servidores públicos, o Decreto, Oscarlino, que segura a nossa progressão a partir das nossas qualificações, especializações, mestrados e doutorados... É impossível se falar em qualidade de prestação de serviços se o Governo não autoriza nós, servidores, como eu sou há mais de uma década, irmos para a qualificação, trazendo para os nosso trabalho aquilo que buscamos na qualificação *lato sensu, stricto sensu*. Essa é uma luta que estamos travando neste momento na SEDUC, e vamos para todos os segmentos.

É direito do trabalhador se qualificar, melhorar o seu trabalho e ampliar a sua condição salarial. Por que estou dizendo isso? Estão segurando para que depois nós não tenhamos benefício salarial na hora da nossa aposentadoria e isso tem a ver com a questão da Previdência Social.

Finalizo dizendo que eu vim de Santo Antônio de Leverger, Deputado Ságuas Moraes, e aquele Município tem uma vice-prefeita, produtora rural da Comunidade Olho D'Água, que Vossa Excelência conhece. E tem um vereador do segundo mandato, que é pescador artesanal.

É isto que quero deixar de recado para vocês. Existe o capital econômico, financeiro, mas acima do capital econômico, financeiro, há o capital político, que é no voto, e é no voto que vamos mostrar no próximo ano que o trabalhador e a trabalhadora continuam no poder.

Vamos à luta, companheiros e companheiras, contem comigo. (OVAÇÕES)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido para fazer o uso da palavra, a nossa querida Deputada Janaina Riva. (PALMAS)

A SR<sup>a</sup> JANAINA RIVA – Bom dia a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Eu gostaria de cumprimentar toda a mesa de autoridades, em nome do Deputado Valdir Barranco, meu amigo Deputado Allan Kardec, Deputado Ságuas Moraes, e dar boas-vindas ao Senador José Pimentel e a todos os nossos visitantes que vieram nos prestigiar neste evento.

Quero dizer a vocês que hoje eu não poderia deixar de passar por aqui, gerou-se muita dúvida devido ao meu partido ser o PMDB, todos vocês sabem disso. Queria deixar uma coisa bem clara para vocês, esta é a mensagem que venho trazer, Professora Enelinda: acima do PMDB está o meu partido que é o partido de Mato Grosso. Eu vou defender... (OVAÇÕES)... E como tenho feito todos os dias aqui dentro da Assembleia Legislativa, vou continuar na defesa dos nossos trabalhadores, vou continuar lutando para que o nosso funcionalismo público seja valorizado dentro do Estado de Mato Grosso.

Esta minha camiseta, hoje, de luto... Está aqui todo o fórum sindical, que são pessoas que vem lutando.

Agora há pouco ouvi a fala do palestrante, Sr. Juraci, eu queria dizer para o senhor que nós temos aqui os sindicatos mais organizados do Brasil. Do Brasil! (OVAÇÕES)

E a prova disso, Sr. Juraci, é que nós já demos uma demonstração nas urnas aqui em Cuiabá nas últimas eleições para a prefeitura. Aquele que liderou um movimento contra os trabalhadores dentro da Assembleia Legislativa foi derrotado esmagadoramente na Prefeitura de Cuiabá. (PALMAS).

E aqueles, Sr. Juraci, que diziam que servidor não dava voto, que só trazia aplausos e vaias, tiveram que engolir suas palavras e, hoje, Emanuel Pinheiro, que liderou os servidores, é Prefeito de Cuiabá. (PALMAS)

Não tenho dúvida nenhuma que o recado para os políticos do nosso Estado já foi dado e para os nossos Deputados Federais. Quem sou eu para mandar no voto de alguém? Eu mando no meu voto, mas a minha orientação aos nossos federais eu já dei: dentro de Mato Grosso o PMDB é o Partido do funcionalismo público e dos trabalhadores.

Gostaria de dizer a vocês que continuem contando com meu trabalho.

Hoje, esta camiseta de luto não é à toa. Estamos em luto pelo funcionalismo, pela saúde, pelos buracos das nossas estradas. Eu estou de luto, nós estamos de luto, por esse Governo falso, legalista e imoral, que faz de tudo para acabar com o nosso funcionalismo no Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

Um Governo, Senador José Pimentel, que teve o apoio maciço do funcionalismo público de Mato Grosso para se eleger e, da mesma forma que fez com vários companheiros, quando chegou lá só se lembrou dos grandes que colocaram dinheiro na sua campanha e se virou contra seu povo. Essa é a verdade do que aconteceu dentro de Mato Grosso. A população foi traída como um todo e encontrou refúgio nesses poucos Deputados que estão aqui, hoje, e em mais alguns colegas que não puderam estar presentes. Somos nós, hoje, que levantamos essa bandeira na Assembleia Legislativa e pretendemos mostrar a todo Estado, por meio de vocês, quem é que faz a máquina do Estado funcionar de verdade, que não é Governador. O Governador vem e vai, e graças a Deus esse vai passar bem rápido, mas o servidor fica; o funcionário público fica e o trabalho que vocês fazem é essencial para o nosso Estado. (PALMAS)

Para finalizar quero dizer a vocês que não é nenhuma falta de respeito, mas, em Novo Horizonte, o meu amigo Zé Nilton, que é Vice-Prefeito do Município, perdeu toda a sua família em um acidente de carro e eu pretendo me deslocar daqui para lá, agora, para acompanhar o velório. Morreram sua sogra, sua filha e sua esposa, que era Assistente Social do Município e, hoje, comemoraria lá o Dia Internacional das Mulheres.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Peço a todos, finalizando, um minuto de silêncio em homenagem a essa grande mulher que, hoje, faria essa comemoração no município. Ela era Secretária de Assistência Social. E em homenagem a ela, também, gostaria de, em nome dela, desejar a todas vocês, mulheres, uma excelente semana. Foi anteontem o nosso dia, mas todo dia é o nosso dia. Sabemos disso! E aqui eu vejo muitas mulheres. Parablenizo todas vocês e digo que a única forma de mudarmos essa realidade machista é mostramos o nosso empoderamento.

Senador José Pimentel – já ia me esquecendo –, eu quero parabenizá-lo por estar aqui discutindo a Previdência. Tem gente, que representa Mato grosso, que está preocupado com a sexualidade do Mickey. (RISOS) Eu não vi ninguém gravar vídeo falando sobre a Previdência, falando sobre a da PEC do teto.

Vossa Excelência está de parabéns por desenvolver esse trabalho.

Eu sinto a ausência dos nossos Senadores. Infelizmente, temos a representatividade somente de um Deputado Federal, que é o Deputado Ságuas Moraes.

Então, peço a vocês um minuto de silêncio, quebrando o Protocolo, e agradeço a todos por terem pacientemente ouvido minhas palavras.

Muito obrigada! (PALMAS)

(UM MINUTO DE SILÊNCIO É FEITO – PAUSA.)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido para fazer uso da palavra e proferir sua palestra a Professora Isabel Pereira, representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.(PALMAS)

Infelizmente, pelo adiantado da hora, e, também, queremos ouvir a plateia, o povo que se faz presente, pedimos o cumprimento dos dez minutos.

A SRª ISABEL PEREIRA – Bom dia a todos!

Gostaria de cumprimentar os componentes da mesa na pessoa do Exmº Senador José Pimentel, grande conhecedor da Previdência Social, que é uma área onde militei por muito tempo e pela qual sou apaixonada.

Pediram-me para destacar alguns pontos da reforma, mas como ele foi brilhante, já falou tudo e temos a questão do tempo, vou aproveitar esses minutos para falar um pouco do trabalho da nossa entidade, da ANFIP, que já vem há 65 anos falando de Previdência Social, encampando essa luta de Previdência Social.

Eu falo que o lado bom da reforma...

Acho que é o único lado bom que tem nesta caixinha da maldade, que é essa PEC nº 287, é essa discussão que está havendo sobre a Previdência Social, porque nós que militamos na área, que já militamos muito, sabemos que o nosso trabalhador que financia a Previdência Social tem um profundo desconhecimento dessa matéria. Ele só vai se inteirar na hora do risco. Na hora que ele precisa do benefício é que ele vai se inteirar, quando, na verdade, temos que estar paulatinamente acompanhando.

E a ANFIP acho que deu um *start*, agora, nessa questão da reforma e surgiu com números que ela já acompanha há muitos anos, inclusive, monitora o Parlamento com esses números, falando do todo da Seguridade Social e dizendo que não tem déficit, que é uma desculpa do Governo para fazer essa reforma tão drástica alegando que tem déficit. Na verdade, se somar a receita e a despesa das três áreas, há um superávit como demonstrou o nosso Senador na palestra.

Então, foi dado esse *start*. Hoje, todos passaram a prestar atenção. E Deus queira que consigamos levar à frente a CPI, que já tem um número de assinaturas como disse o nosso Senador, para que o Governo abra a caixa e mostre: “Olha, a gente gasta tanto com previdência

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

social, gasta tanto com a assistência social e gasta tanto com a saúde. É isso que nós precisamos”. O trabalhador tem o direito de saber quanto tem em caixa, quanto já teve, por que não tem.

Nós, da ANFIP, não somos contra a reforma. Acho que a Previdência Social, o sistema, requer ajuste de vez em quando, mas não um absurdo desse, porque isso não é reforma. Isso é exclusão de benefício. O que está proposto, hoje, na PEC 287 é para excluir benefícios. Não é para reformar o sistema. É para tirar o que nós já temos, porque no regime próprio do servidor público já foram feitos diversos ajustes. Essa questão da idade já foi superada. Com a fórmula 85 e 95 já foi superado. Já existe a idade, já foram feitos todos os ajustes possíveis e estamos, ainda, vivendo as regras de transição dos outros ajustes e, hoje, vem e joga tudo no lixo novamente e fala: não, a partir de agora é outra regra, não tem mais. É muito doloroso saber que se planejou, o trabalhador se planejou para ter a sua aposentadoria, para ter o seu benefício, porque não falamos somente em aposentadoria. Há outros benefícios por incapacidade que, também, está sendo altamente alterado com a redução do cálculo de salário de benefício.

A questão da assistência social que, talvez, falem: ah, está distante de nós. Não está distante de nós. Foi colocado aqui pelo Deputado que, realmente, a partir da Constituição de 88, deixamos de ver nas ruas o deficiente físico esmolando, o idoso se humilhando, dependendo da família. Pelo contrário, hoje, muitos idosos passaram a ser arrimos de família. Ele consegue com um salário-mínimo socorrer os filhos que ficam fora do mercado de trabalho. Essa é a realidade.

Então, encampando a luta da ANFIP que há 65 anos trabalha a questões previdenciárias, tem várias publicações, o que nós temos que fazer é despertar em cada cidadão essa consciência do que é Previdência Social. Ninguém vive sem ela. Está aí o exemplo do Chile que falou que faria uma previdência complementar, que era mais moderna, que era uma previdência privada. Privatizou o sistema e, hoje, está voltando, porque o trabalhador deixa de trabalhar, pega o seu potencial laborativo e só tem 38% do valor que tinha na ativa. Ninguém vive disso.

E a mesma coisa é essa coisa absurda que é falada, agora, na reforma de não acumular benefícios. Se o casal, se os dois trabalham, se os dois são aposentados, vai ter que optar por um benefício ou outro. Eu falo assim: quem paga condomínio, por exemplo, vai ter que morar embaixo da ponte, porque, hoje, todos sabem que os encargos domésticos são divididos. Então, a partir do momento que um vai e outro ficará com a metade do que gastava, só poderá morar embaixo da ponte.

Então, é uma caixinha de maldade!

Gente, vamos prestar atenção e vamos à luta!

Como falaram aqui, mas acho que não é nem questão de mudar. Não tem nem como mudar isso aí. O negócio é suprimir mesmo essa PEC e começarmos do zero.

Obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, professora.

Convido para proferir sua palestra o Dr. Francelino das Chagas Valença Júnior, Diretor da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO.

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JÚNIOR – Bom dia!

Eu gostaria de saudar o Deputado Valdir Barranco, que preside esta Audiência Pública, pela iniciativa. Parabéns!

Quero saudar o Deputado Federal Ságua Moraes; o Senador José Pimentel, que apresentou com bastante propriedade os números e os dados, que nem vou falar muito sobre eles, apresentação excelente; saúdo, em nome do Deputado Valdir Barranco, os demais integrantes da mesa; saudar o Dr. Leovaldo, Presidente do SIMPROTAF; o meu amigo Ricardo Bertolini,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Presidente do SINDFISCO de Mato Grosso, que nos convidou para participar deste evento; e os demais integrantes da plateia.

Eu não vou entrar muito nos números, mas o Governo diz que o déficit da Previdência é em torno de 150 bilhões ao ano. Bom, vamos partir da premissa que seja verdadeira, até porque já foi desconstruído, mostrado que algumas receitas ele não computa como deveria ser. Mas se fosse verdadeiro isso? Por que o Governo todo ano retira mais de 60 bilhões da DRU?

Então, se o déficit fosse de 150, vamos pegar de volta os 60 bilhões da DRU e colocar 150 menos 60. É 90? Então, o déficit seria de 90 bilhões.

Vamos facilitar mais? As renúncias previdenciárias, que são dadas todo ano pelo Simples, pelo exportador rural, pela desoneração da folha de pagamento, vão repor isso. Estamos falando de mais de 70 bilhões. Espera aí! De 90 menos 70, ficou 20 bilhões de déficit. É disso que estamos falando? É. Estamos falando de 20 bilhões. Então, é um pouco menor?

Então, vamos discutir outra coisa, a dívida ativa previdenciária. Tem algumas grandes empresas deste País que sonogam a contribuição previdenciária. Está na internet, vocês conseguem acessar. De quanto é essa dívida? Trezentos e setenta e quatro bilhões. Espera aí! Está faltando só 20 para fechar a conta e está dizendo que tem 374 bilhões de algumas empresas que devem, que sonogam a contribuição do trabalhador? É.

E só na parte administrativa tem 120 bilhões. Espera aí! Se eu comprar a parte administrativa sobra 100 bilhões dentro da Previdência? Sobra. E onde está o déficit? Eu tenho dificuldade de entender! Sou Auditor Fiscal, trabalho com números, faço parte da Federação do Fisco e não estou conseguindo entender mais.

Isso é uma matemática elementar, fácil, simples. Têm muitos professores aqui, alunos do ensino fundamental que conseguem fazer um cálculo desses. E a Previdência não consegue fazer isso? O Governo não consegue fazer isso? Realmente, estamos muito ruins na educação. Vamos melhorar um pouquinho mais.

Tem que fazer a reforma da Previdência, porque precisa de mais recursos para pagar, para diminuir o suposto rombo. Ok! Então, vamos fazer o seguinte: ao invés de tachar e de onerar mais o trabalhador, vamos tirar de quem tem. E quem tem é o assalariado? Não é. É quem tem dinheiro. Quem tem dinheiro? São os ricos. Rico paga imposto? Depende.

Se esse rico tiver participação nos lucros e dividendos de empresas, se for acionista de empresa, ele paga zero de Imposto de Renda. Então, já não estou entendendo mais nada. Trabalhador comum, Imposto de Renda, ganha um pouco mais acima de mil reais, dois salários mínimos, está sendo tributado em 15%. É. Passou de três, quatro mil, 27,5%. É. E se a pessoa tiver 10 milhões, 20 milhões, 50 milhões por ano, 100 bilhões de dívida, ele paga quanto? Nada. Não paga nada. (PALMAS)

Espera aí! Estou com dificuldade de falar, porque não estou entendendo mais nada. Mas no mundo todo é assim? Milionário não paga tributo?

Dos 34 países da OCDE que o pessoal do Governo resolveu estudar para fazer a Reforma da Previdência, dos 34 só a Estônia... Todo mundo conhece a Estônia? Famoso País antigo, milenar, República muito antiga, só esse País não paga. Todos os demais pagam. E o Brasil? Não. Está comparado com a Estônia. Não paga. É brincadeira a coisa!

Quanto que daria se tributasse em só 15%? Tem que ser também suave, porque quem ganhasse mais de 25 mil teria que pagar 27,5, um terço. Mas quem ganha alguns milhões... Só 15%? Só 15%. Vamos ajudar. Daria 43 bilhões. Com aqueles 100 que nós tínhamos mais 43, já chegou ao valor que seria o suposto déficit. Então, nós temos mais 150 de sobra? Temos. E por que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

não fazemos nada? O que está acontecendo com este País? É isso que precisamos falar para a população.

O que há não é déficit da Previdência. O que é há é um sistema de apropriação das riquezas do País por um seletivo grupo de investidores, especialmente internacionais. (PALMAS).

Eu vou falar do empresariado nosso do Brasil, que faz o Brasil se desenvolver, sem dúvida alguma. Precisamos, trabalhamos, somos trabalhadores, e sem o empresariado não funciona. Será que ele está realmente atento que mais de 80% dos Municípios sobrevivem da Previdência?

E se esses Municípios deixarem de receber essa aposentadoria, porque dizem que as pessoas vão se aposentar e eu gostaria de imaginar que sim, eu nem vou apresentar porque o tempo é curto, mas a expectativa de vida num País, que é de 72, 73... É isso mesmo?

O Município de São Paulo, em vários Municípios são 50 anos! Em algumas cidades do Nordeste são de 60 anos, menos de 60! Está se propondo 49 anos de contribuição, para 65 anos tem que entrar com 16 anos. E a cada ano aumenta. Quer dizer, resumindo, ninguém se aposenta. Então, essa receita não vai.

E o empresariado, o bom empresário, o empresário de contribuição no País, vai vender a quem se a economia vai cada vez mais entrar em derrocada? Vai para onde? O País vai entrar em uma situação em que perderemos todos os trabalhadores e os empresários. E quem ganha? Só o mercado financeiro. Esses ganham pra caramba! Mas e se quebrar o País? Tem um bocadinho de outros países para explorarmos, vamos para eles. Não estão preocupados com o Brasil, não.

Então, a nação perde, perde todo mundo, o grande empresário, o trabalhador braçal, que menos ganha. E o rural? Ah, esse não precisa se aposentar. Para quê? O “cara” vai contribuir vinte anos certinhos, sem entressafra, sem seca, nada disso. Isso não existe em nosso País. Dá para se aposentar aos 65 anos, 70, carregando saco, carvão nas minas. Dá mesmo? Quem discute isso está tomando água, está domando uísque, está tomando champanhe, está de terno, está bem vestido, está no ar-condicionado, esse consegue (PALMAS). Mas por que eles se aposentaram com 50 anos e os outros têm que ser com 70, 75 anos? Eu fico sem entender. Realmente, estou com uma dificuldade imensa.

Vamos falar de outra coisa, a sonegação fiscal do País que ninguém quer atacar. Ninguém quer coibir a sonegação fiscal neste País. Por que ninguém quer coibir? Eu sou do Fisco! Nós não podemos dizer quais as empresas que sonégam. Se eu disser, eu perco o meu emprego. É? É. Mas o meu salário está no Portal de Transparência. O meu está? Está! E quem sonega milhões? Ah, não! Não pode. Aí é sigilo. Não pode. Ele sonega, mas ele tem que ser resguardado. É? E se ele receber incentivo do Governo? Incentivo não é público? É. Mesmo assim tem o sigilo. Tem algo errado com o País, não tem?

Essa sonegação fiscal é de 500 bilhões. Quinhentos bilhões! Vocês podem pegar lá, tem um sonômetro, são os Procuradores da Fazenda Nacional que estimam em 500 bilhões. Daria para quê? Para roubo? Não, daria para o País se evoluir cada vez mais. E por que não fazemos isso? O que está acontecendo? Quais são os interesses por trás? Qual é a agenda oculta?

Os planos de Previdência Privada começaram a aumentar. No final do ano, em novembro, houve um crescimento de 26%.

Esperem aí! O País está em crise, trabalhador sem receber, atrasando, o empresário com dificuldade de pagar, o produtor também, entressafra, mas a previdência privada subiu 26%? Foi.

A reforma é boa para eles, não é?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

E aí um dado que não poderíamos sair sem informar, o que está em jogo pessoal é que a previdência social, o orçamento do Governo é em torno de 20%, 22%, o orçamento da previdência como um todo, mas pagamento da dívida, que todo Governo se recusar a auditar ao longo de décadas e ninguém sabe por que, é em torno de 42%. São dívidas que, segundo o Instituto, tem dívidas sem ter o principal. Quer dizer, tinha dívidas, rolando juros e correção, mas o valor original não consta. É? É. Seria fraude? Tem outros nomes também, não tem? Por que não audita? Por que o País não audita isso? Precisamos fazer isso.

Para finalizar, com a crise que nós temos, a Previdência do Brasil em 2015, cerca de 8% do PIB era para pagar previdência, em 2016 mantém 8% também. É? É. Não vai crescer não. Previsão atual. Não cresce.

E por que quer fazer reforma? Porque a história é outra.

Tem um dado importante que eu não poderia sair sem dizer. Em que pese dizer que o Brasil está com dívida, nós temos quase um trilhão de reais fora do País para pagar só juros, um trilhão está sobrando e poderia ser utilizado para pagar economia.

Então, a verdade não é a reforma da previdência, a verdade é que o País vai quebrar se não fizermos nada, então colocamos todos para fazer essa mobilização para aumentar, sairmos para as ruas.

No dia 15, haverá um evento em todo o País das centrais, dos sindicatos, das associações, da federação. Que se junte todo mundo, que as mulheres se juntem... (PALMAS)... porque alguém disse há dois dias, não vou dizer quem, que a mulher é importante para a economia doméstica, pessoal. Economia doméstica? Vocês são importantes para a economia doméstica? Quem disse? Nós sabemos quem disse. Ou para economia do País?

Finalizo, vamos à luta, vamos juntos e vamos mudar essa reforma, porque isso não é reforma não, é o fim da previdência.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Parabéns, Dr. Francelino! Parabéns pela disciplina com o tempo.

Quero convidar aqui para fazer uso da palavra, proferir a sua fala, o Dr. André Molina, Diretor da Associação dos Magistrados Trabalhistas.

O SR. ANDRÉ MOLINA – Muito bom dia a todos!

Bom dia, Deputado Barranco, na pessoa de quem eu cumprimento as autoridades da mesa, agradecendo pelo convite.

Venho rapidamente trazer um recado dos Juízes do Trabalho do Estado de Mato Grosso e também de todo o Brasil, porque nós, numa frente nacional, juntos com centrais sindicais, com grupos de representação e associações de classe, também estamos levantando essa bandeira contrária tanto à Reforma da Previdência, objeto desta Audiência Pública, quanto também em relação à Reforma Trabalhista, que os senhores conhecem, que está na pauta do Congresso Nacional, que, em conjunto com a Reforma da Previdência, visa desconstruir todos os direitos, principalmente constitucionais e internacionais, que os trabalhadores conquistaram em nosso País.

Não vou repetir, evidentemente, tudo o que já foi dito, o Senador José Pimentel mostrou dados, que confirmam aquela certeza que sempre tivemos de que não há rombo algum na Previdência Social.

Conforme já dito aqui, só reforçamos esse ponto para os trabalhadores mais simples ficarem sabendo, do total arrecadado da seguridade social, que é o conjunto que paga a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

previdência, a saúde e benefícios sociais, deste conjunto arrecadado anual, o Governo Federal fez aprovar, em dezembro último, a desvinculação de 30% desses valores.

É como se do bolo total arrecadado o Governo desviasse 30% dos valores para o pagamento de juros bancários.

Onde é que está o rombo de um local superavitário de onde se retira 30% de benefícios?

Não vou repetir aqui o que já dito, apenas cerrar fileiras e reforçar o discurso de que não há rombo da previdência e que os Juízes do Trabalho estão também na luta totalmente contra esse texto da Reforma da Previdência.

Também gostaria de aproveitar aqui o espaço que me foi dado, já finalizando, Deputado, muito rapidamente, para repudiar veementemente as declarações do senhor Presidente da Câmara dos Deputados, dizendo que a Reforma Trabalhista é muito tímida... (PALMAS) ...precisa ser aperfeiçoada, entenda os trabalhadores, piorada do que já foi encaminhado e que a Justiça do Trabalho deveria ser extinta.

Nós, Juízes do Trabalho Brasileiro, recebemos essa manifestação como um grande elogio da nossa eficiência de atuação em todos os seus processos. (PALMAS)

Para que os senhores tenham ideia, a Justiça do Trabalho do Estado de Mato Grosso sempre cumpriu integralmente todas as metas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça de julgamento de processos, de economia, de material, de atendimento ao público.

Para que vocês também tenham uma ideia de números, a Vara do Trabalho em que atuo, sou titular da Vara do Trabalho de Tangará da Serra, o nosso prazo médio de processos é de 120 dias. Para falar na prática, quando um trabalhador entra com uma ação em Tangará da Serra, em quatro meses ele tem audiência, tem perícia, não paga um real para entrar com a ação e tem uma sentença judicial para resguardar o seu direito.

É essa a Justiça do Trabalho efficientíssima que o senhor Presidente da Câmara dos Deputados está querendo extinguir.

Então, eu gostaria de pedir o apoio dos senhores também, nossos parlamentares, em defesa da Justiça do Trabalho, que é um órgão do Poder Judiciário que funciona muito bem neste País, ajudando a distribuir riquezas e a garantir os direitos dos trabalhadores.

Então, são estas singelas palavras, só para poder colaborar aqui e me colocar, Deputado Valdir Barranco, à disposição para qualquer outro evento que possa ser convidado.

Felicidade a todos e bom dia. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado Dr. André Molina.

Agora convido para fazer uso da palavra o nosso amigo Sr. Oscarlino Alves, Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde do Estado de Mato Grosso e Coordenador do Fórum Sindical. (PALMAS)

O SR. OSCARLINO ALVES – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Trabalhadores do campo, do campesinato, trabalhadores da iniciativa privada, urbanos e servidores públicos.

Infelizmente dado o avançar das horas, muitos têm compromissos, cumprimento a mesa, o dispositivo de honra em nome do Deputado Valdir Barranco, que não mediu esforços para fazer esta convocação, apresentou o requerimento dentro da Assembleia Legislativa, com pouco tempo de mandato já assumiu essa bandeira de luta em prol dos trabalhadores... (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Cumprimento o Deputado Prof. Allan Kardec, o Senador Pimentel, que não está presente na mesa; as demais autoridades representantes do Tribunal de Justiça, da OAB, do Ministério Público Estadual, centrais sindicais presentes na mesa.

Em nome de todas as mulheres especiais que comemoramos seu dia no dia 8, cumprimento a única integrante da mesa, a Dr<sup>a</sup> Karlla Souza, representante da ABRAT aqui na mesa. (PALMAS)

Cumprimento com um carinho especial meus companheiros de luta do fórum sindical, os presidentes dos sindicatos e demais dirigentes, diretores sindicais que compõem o fórum sindical do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, e peço uma salva de palmas. (PALMAS)

Cumprimento o representante do Ministério do Trabalho, que é importantíssimo e tem nos dado uma mão grande, embora haja um conflito de interpretação na hora que fazemos uma demanda judicial, as vezes retornam para o Ministério do Trabalho e voltam para o Tribunal de Justiça as nossas demandas.

Quero dizer que o trabalho de vocês é preponderante, é imprescindível, porque esses trabalhadores, principalmente aqueles que nós conhecemos a realidade no Estado de Mato Grosso, vêm há anos trabalhando em meio a sucata e a precarização é uma desculpa grande para que aconteça a terceirização. O grande problema da terceirização, principalmente dos serviços públicos, é a falta de vínculo com o Chefe do Estado, você não responde mais... Você terá dois, três gerentes e você não saberá a quem responder, sem contar com a baixa qualificação da mão de obra, sendo que nós temos incentivos para nos qualificarmos, que com isso temos ascensão em nossas carreiras.

Pois bem, pessoal, se vocês bem entenderam, isso aqui é uma Audiência Pública histórica no Estado de Mato Grosso, nós estreamos este teatro milionário, que foi comprado com dinheiro do cidadão, foi comprado por meio da contribuição dos trabalhadores, principalmente dos trabalhadores das empresas.

Estivemos aqui presente e acompanhando os números, uma Audiência Pública com mais de mil pessoas presentes entre autoridades e trabalhadores de todas as ordens. (PALMAS)

Para que serve uma Audiência Pública? Justamente, não querendo ser redundante, aquilo que foi falado por todos aqui praticamente, gente, porque nós precisamos incomodar, nós estamos vulneráveis, o trabalhador está vulnerável pelo seu próprio voto de confiança, demos o nosso voto de confiança nas urnas, em 2014, em 2012, esses homens, no discreto, essas mulheres que são poucas, algumas, estão nos traindo, estão votando contra o trabalhador, que sustenta esses cidadãos hoje no mais alto luxo, no mais alto conforto, na mais alta mordomia, com altos salários, andando de asa dura e gastando dinheiro público à nossa custa lá no Congresso Nacional.

Então, o que nós buscamos, aqui no Estado de Mato Grosso, especificamente é buscar justiça, nós estamos sendo injustiçados há anos, mas nós assumimos, nós não podemos ficar olhando no retrovisor como o Governo atualmente continua olhando para o retrovisor. Os que tiveram desvio de conduta e roubalheira estão pagando os seus crimes na Justiça, chega de olhar para o retrovisor, nós precisamos socorrer o povo, precisamos socorrer o trabalhador.

E para isso precisamos dialogar por meio das Audiências Públicas, ser atendido pelo Governo. Ontem, nós tivemos uma prova... Inclusive teve pouca cobertura da mídia, quando é de interesse do trabalhador, temos pouca cobertura da mídia, nós tivemos que intervir junto ao Tribunal de Justiça buscando uma junta de conciliação e mediação para nós termos reconhecido os nossos direitos, para podermos dialogar, para o Governo ser transparente.

Falta um minuto, eu estou com um documento aqui e não dará tempo de ler, mas há 10 premissas que começa pelo Fundo Previdenciário do Estado. Estão aqui sentadas as entidades

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

que de forma paritária, no conselho do MT Prev, sentam para discutir assuntos de interesse da Previdência do Estado. Mas, o prejuízo, o pacote de maldades concatenado no Governo Federal, concatenado com o Governo Estadual... Acharam um vilão, um bode expiatório para a história de Mato Grosso.

Inclusive, você cidadão que está na iniciativa privada e o cidadão do campesinato, a folha de pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo, nós somos o bode expiatório, somos a bola da vez, aumento de alíquota previdenciária e congelamento de todos os nossos direitos funcionais sem mostrar um número, sem mostrar uma justificativa por meio de um relatório. Está aqui, fizemos mais um requerimento das dezenas que já fizemos para o Tribunal Justiça.

Está aqui um requerimento que há poucos dias fizemos na Assembleia Legislativa, que conta com a assinatura dos dois Deputados presentes, que é para a abertura da CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar porque há rombo no nosso Fundo Previdenciário, se já contribuimos e sabemos pelos cálculos que temos... Que esse dinheiro era para estar no Fundo, contido no Fundo.

Outros Poderes que precisam sentar à mesa e votar a favor do Poder Executivo, porque é inconcebível sentarmos no conselho com 12 integrantes, o Governo faz proposta de massacrar o trabalhador do Poder Executivo e termos um voto de, praticamente, onze contra um, que é o nosso representante dos servidores no Poder Executivo. Isso é injusto. A partir do momento que tivermos a junção dos Fundos Previdenciários, que todos contribuam com a conta, inclusive, bancar e sustentar o custeio da autarquia que está sendo só do dinheiro do Poder Executivo, dos nossos salários, aí vamos falar de justiça e vamos poder ter uma votação.

Gente, está chegando o momento, 2018 está aí, mais quase dois anos de sofrimento, aguentem, vamos suportar juntos, porque político se incomoda conosco na rua, político se incomoda conosco aqui escutando e fazendo esse tipo de protesto, informando-nos.

Eu gostaria de deixar uma mensagem que eu gosto muito de usar, que é do Gabriel O Pensador, numa entrevista no Programa do Jô Soares, que é um recado eminente para os nossos políticos, 2018 está chegando.

(VÍDEO DO CANTOR GABRIEL O PENSADOR É EXIBIDO – PALMAS.)

O SR. OSCARLINO ALVES – Vamos à luta!

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Oscarlino.

Obrigado por todo o seu envolvimento e dos demais colaboradores, parceiros que sem os quais esta Audiência Pública não ocorreria.

Quero convidar para fazer uso da palavra a Sr<sup>a</sup> Karlla Patrícia Souza, Vice-Presidente da Região Centro-Oeste da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas. (PALMAS)

A SR<sup>a</sup> KARLLA PATRÍCIA SOUZA – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero saudar o Deputado Valdir Barranco pela iniciativa, pelo espaço para a ABRAT, Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, e quero dizer, depois do que já foi dito, que aquela Maria, que está ali no cartaz, que morreu sem se aposentar, e tantas Marias, Joanas, Janaínas, Sílvias, Alessandras, Beneditas, Severinas não merecem morrer sem se aposentarem. (PALMAS)

Na semana em que celebramos o Dia Internacional da Mulher, nós encontramos aqui neste palco de um belo teatro atores e “atoras” lutando pelo debate democrático de uma reforma com o nome de Reforma da Previdência, mas que pode ser da total imprevidência social do Brasil.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

A ABRAT, Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, que faz parte de um fórum interinstitucional junto com o Ministério Público do Trabalho, Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Central Única dos Trabalhadores, União Geral dos Trabalhadores, Força Sindical, CSP-Conlutas - Central Sindical e Popular, Confederação Nacional das Profissões Liberais, Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, tantas outras entidades debateram e por unanimidade entenderam que é necessária a retirada deste Projeto total.(PALMAS)

Porque um projeto dessa natureza pressupõe debates profundos com toda a sociedade. E o que nós entendemos por sociedade? É lá no bairro, nas comunidades, nas escolas, em todos os espaços. Não se iludam, que nós somos aqui uma minoria que estamos debatendo. E que possamos, todos, nos lembrar de todos os Parlamentares que lutaram, de todas as ações que cada Parlamentar, seja do Executivo ou do Legislativo, fez contra ou a favor de todos os brasileiros e de todas as brasileiras, como a Maria, que está ali na foto, e que morreu sem se aposentar.

Muito obrigada pela atenção de todos!

Eu quero pedir que todas as mulheres que estão presentes fiquem em pé, porque somos minoria aqui neste palco deste belo teatro, mas nós não somos minoria no voto... (PALMAS)... E que todas as mulheres aqui reunidas, que todas nós possamos sair e lutar.

Este é o lema da ABRAT para a Campanha da Mulher 2017: “Sair e lutar por mais justiça social, por Previdência Social, de fato e de direito, por solidariedade com todas as trabalhadoras, com as nossas famílias, em contraposição ao paradigma de uma sociedade machista, preconceituosa e excludente, que é a Reforma Previdenciária, e à mensagem do Presidente esta semana.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Para proferir a sua palestra, convido o Dr. Roberto Aparecido Turin, Promotor de Justiça e Presidente da Associação Mato-Grossense do Ministério Público.

Eu quero, a pedido do Oscarlino, cumprimentar todas e todos os servidores da Saúde de Mato Grosso, que estão presentes em massa nesta Audiência Pública. (PALMAS)

O SR. ROBERTO APARECIDO TURIN – Senhores, já estamos passando do meio-dia, quase boa tarde.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer o Deputado Valdir Barranco e parabenizá-lo por esta iniciativa, e em nome dele, já pelo adiantado da hora, eu quero cumprimentar todos os integrantes da mesa.

Eu quero dizer aos senhores apenas o seguinte: como representante do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, que congrega os Promotores e Procuradores de Justiça do Estado, nós estamos, sim, muito preocupados com a Reforma da Previdência. É absolutamente necessário que uma reforma, de tão grande porte e de tão grande importância, que atinge os trabalhadores públicos e privados de todas as categorias, que ela seja feita com muita transparência, com muita clareza e com amplitude de discussões, com amplitude de esclarecimentos, e que a população possa, de fato, entender o que está sendo votado, o que está sendo colocado.

Então, o Ministério Público, também como interessado, já que somos também trabalhadores, já que também contribuimos mensalmente para a Previdência... E nós vemos autoridades aí dizendo que Previdência é para a subsistência. Se for para a subsistência, então nós também queremos uma contribuição de subsistência.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Previdência é um regime em que você contribui mensalmente anos a fio para ter assegurado o seu direito de inatividade e para receber o salário justo e digno, de acordo com a sua contribuição. É isso que tem que ser esclarecido.

Então, o Ministério Público quer se colocar à disposição dos Parlamentares, dos sindicatos, das associações, para que possamos contribuir e participar desse debate, que é necessário. E nesse momento é uma forma de defender o regime democrático e a ordem jurídica, que é papel do Ministério Público, para que se for necessário, tenhamos, de fato, uma Reforma da Previdência, mas uma reforma clara, precisa. Toda a população e todo trabalhador tem direito a um regime de Previdência sólido, um regime de Previdência bem administrado em que a sua contribuição, de fato, lhe garanta no futuro o direito ao benefício para o qual ele contribuiu. E para isso vamos colaborar e agradecer essa iniciativa. As Audiências Públicas e discussões públicas são uma necessidade nesse momento, justamente, por ser um projeto tão grandioso e profundo, que pode trazer sequelas graves, como esse da Reforma da Previdência.

Obrigado a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido também o Dr. Arnaldo Justino da Silva, Promotor de Justiça, neste ato representando o Procurador- Geral de Justiça, Dr. Mauro Curvo.

O SR. ARNALDO JUSTINO DA SILVA – Bom dia a todos.

Quero parabenizar o Deputado Valdir Barranco por ter organizado esta Audiência Pública; quero cumprimentar o Deputado Federal Ságua Moraes, em nome do qual eu cumprimento todos os trabalhadores presentes e todos os integrantes da mesa.

O Ministério Público, como bem disse o nosso representante da Associação do Ministério Público Mato-grossense, exige transparência nessa Reforma Previdenciária e, que se for para vetar toda a Reforma, Deputado Ságua Moraes, o Ministério Público está com Vossa Excelência, está com os demais Deputados. (PALMAS)

Tive notícia há uns dias que tem uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal em que o autor da ação questiona exatamente o que várias pessoas falaram aqui hoje: a falta de oitiva dos trabalhadores brasileiros para ser proposta uma Reforma tão drástica, tão complicada e tão difícil para a vida de todos os brasileiros e brasileiras trabalhadoras.

No Supremo Tribunal Federal, o ministro, que é o relator da ação, solicitou ao Presidente Michel Temer que informe se houve um debate no Conselho Nacional de Previdência Social, que também, Oscarlino, é composto de representantes dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras... Se houve esse debate prévio, se houve um estudo sério desse impacto, realmente se há *déficit*, se não há *déficit*, antes de o Governo ter encaminhado essa Reforma Previdenciária para o Congresso Nacional.

Imagino, não tenho certeza absoluta, que o Presidente Michel Temer vai dizer isto, que não deve ter tido esse debate lá no Conselho Nacional de Previdência Social. E entendo, também, como autor da ação dessa Lei, proposta pelo Supremo Tribunal Federal, que é imprescindível esse prévio debate no Conselho Nacional da Previdência Social, porque... Como se manda uma Reforma deste naipe para o Congresso Nacional sem ouvir a classe trabalhadora, sem ouvir a população brasileira? Tenho certeza de que se ouvisse, 99,99% seriam contra.

Tem mais um detalhe que observei, assim... Comecei a meditar, ouvindo o Senador José Pimentel, a quem eu aproveitei para cumprimentar, e cumprimentar, então, no seu nome, todos os membros do Senado e da Câmara Federal, do Congresso Nacional.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Mas, Senador, eu ouvi e até li aqui um panfleto organizado, dizendo sobre a reforma da Previdência, esclarecendo quais são as receitas que fazem parte, que devem financiar a Previdência Social, que é toda a receita da Seguridade Social. Seriam: PIS, COFINS, arrecadações que se cobra, as alíquotas dos trabalhadores, aquela alíquota patronal e etc. Se fosse contabilizado tudo isso, a Previdência Social, a Seguridade Social não teria déficit. Teria, sim, superávit de 11 bilhões. De 11 bilhões! Já foi falado este dado, mas quero lembrar só para concluir o meu raciocínio.

Se for assim, se o art. 195 da Constituição Federal tem toda essa amplitude em relação ao financiamento da Previdência Social, meditando como jurista eu entendo que tem mais uma inconstitucionalidade, Deputado Ságua Moraes, Senador José Pimentel. Qual é? Existe uma cláusula pétrea na Constituição Federal que diz que não pode ser objeto de emenda nenhuma proposta que exclua os direitos individuais e coletivos previstos na Constituição que podem ser do art. 5º, do art. 7º, do art. 195.

Então, o direito a se aposentar, o direito à Previdência Social é um direito individual de cada cidadão brasileiro (PALMAS). E se está previsto no art. 195 da Constituição originária. E falamos assim: há a Constituição originária que o povo fez em 1988. A Constituição originária só pode ser mexida por PEC, se não tiver a proibição na própria Constituição originária. O povo diz: olha, pode mudar isso, pode mudar isso, mas isso aqui não aceito mudar, não aceito mudar nada que mexa com meu direito individual, que exclua o direito individual. Isso, na verdade, é uma defesa do cidadão contra o Estado, o poder do Estado. E nesse caso o art. 195 pode ser incluído como um direito individual garantido. Se excluir dali qualquer direito, é inconstitucional. Por isso que eu entendo que essa proposta está desvinculando outras receitas para causar déficit na Previdência. E ela por isso, também, ser questionada pela inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

Este é o meu raciocínio. Era isto que eu queria transmitir aos senhores.

No mais, que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, como integrante do Ministério Público Brasileiro, não se furtará em nenhum momento, de defender o regime democrático brasileiro. Nesse sentido, quando se fala em regime democrático é que o poder é do povo, pelo povo e para o povo e para qualquer reforma o Ministério Público entende, sim, que tem que ser ouvido o povo brasileiro.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Já estamos nos encaminhando para os últimos oradores.

Com a palavra o Dr. Diego Fernando Oliveira, Presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB.

Depois, falaram os representantes sindicais.

Tendo em vista o avançado da hora, não poderemos ouvir o público. Então, os representantes sindicais falarão em nome dos presentes.

O SR. DIEGO FERNANDO OLIVEIRA – Bom dia a todos! Quase boa tarde!

Deputado Valdir Barranco, em seu nome cumprimento os membros do Parlamento Estadual; Senador Pimentel, em seu nome cumprimento os membros do Parlamento Federal; Presidente Ronei de Lima, liderança sindical, em nome do qual cumprimento os demais líderes sindicais, membros da mesa, amigos, amigas, companheiros e companheiras.

Estou aqui na qualidade de representante da OAB/Mato Grosso e, também, do Colégio de Presidentes da OAB Federal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Reunimo-nos dia 31 de janeiro, no Conselho Federal, para tratar dessa reforma, dessa dita reforma ou para alguns o saque dos direitos sociais.

OAB Federal tem uma posição muito firme: nenhum direito a menos. Simples assim! Estamos dispostos a lutar com vocês e lutar pelo cidadão. A OAB é a voz do cidadão, a voz constitucional do cidadão. É isso que faremos: vamos lutar com vocês. Nenhum direito a menos!

O dito déficit da Previdência não existe como outros que me antecederam já falaram. Ninguém fala nada sobre a Reforma Administrativa que tem feita na Previdência Social; sobre a ineficiência do Estado na cobrança da evasão dos valores, da cobrança dos inadimplentes, da exoneração, da inadimplência. Ninguém fala sob isso. Fala-se em tirar direitos dos trabalhadores. Ninguém olha para dentro e fala assim: o problema está comigo, eu não tenho capacidade suficiente para cobrar.

É justamente isso que nós colocamos: primeiro olhe para dentro; primeiro se organize e, depois, tente qualquer coisa. Não será tolerada a diminuição dos direitos dos trabalhadores.

Como foi bem colocado pelo meu antecessor, os arts. 94 e 95, da Constituição Federal, não podem ser alterados por PEC. Este é o nosso posicionamento. São direitos sociais, cláusulas pétreas e não serão alterados. (PALMAS) Bateremos nas portas do Judiciário ao Supremo Tribunal Federal contra qualquer tipo de violação dos direitos e garantias fundamentais. E isto eu falo em nome do Presidente Cláudio Lamachia, em nome do Presidente Leonardo Campos e em nome de todos os Presidentes das Comissões de Direitos Sindicais da OAB Nacional.

No mais, deixo um bom dia e boa tarde a todos!

Finalizo dizendo o seguinte: sou trabalhador, minha arma é o voto. Se não votar contra a PEC, eu não votarei em você. Os nossos deputados federais são oito, os nossos senadores são três, ou seja, temos onze representantes, mas, engraçado, só temos um nesta mesa. Será que esses representantes estão comprometidos com os nossos trabalhadores? (A PLATEIA RESPONDE: “Não”.)

Ah, obrigado! Obrigado pela atenção!

Deputado Sâguas Moraes, obrigado pela presença. Confio no seu trabalho.

Não passará nenhum direito a menos.

Bom dia! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR NARRANCO) – Convido o Sr. Lourenço Santana da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais de Saúde e Previdência Social... (AUSENTE).

Convido o companheiro João Luiz Dourado, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT, para usar da palavra. (PALMAS)

O SR. JOÃO LUIZ DOURADO – Bom dia, companheiros e companheiras!

Tenho que ser breve, não é?

Cumprimento os componentes da mesa em nome do companheiro Deputado Valdir Barranco.

Quero começar fazendo um convite, porque aqui houve um debate técnico, mas muito mais político. Nós sabemos...

Ontem, o Paim falou: “Nunca alguém ousou, de 1.500 para cá, nem Cabral, nem ninguém, nem os militares ousaram apresentar uma proposta de reforma, uma proposta insana de reforma da Previdência como esse Governo golpista e ilegítimo. Por isso, nós temos que barrar essa reforma e dizer não a ela.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Eu gostei aqui da fala dos companheiros e quero dizer que não existe emenda. E a CUT vem dizendo: “Ninguém emenda desgraça”. Quanto mais você tenta emendar a desgraça pior ela fica. Então, não existe emenda. (PALMAS).

Essa reforma tem que ser barrada, porque acaba com o Princípio da Seguridade Social, com a solidariedade e – concordo com as palavras do companheiro jurista – mexe em cláusulas pétreas.

Portanto, estão fazendo uma ruptura na nossa Constituição. Já rasgaram a nossa Constituição com o golpe, agora querem aprofundar o agravamento e a ruptura democrática e constitucional no nosso País. Portanto, não tenho muito que dizer, temos que barrar nas ruas.

No dia 15, a partir das 15h, cada um e cada uma aqui tem que levar no mínimo dez pessoas para a Praça Ipiranga para fazermos o grande ato contra a Reforma da Previdência, juntamente com a educação.

E no dia 31 de março vamos lotar aquele Parlamento Municipal – sabemos que tem muitos ali que se beneficiam dessa política de retirar direitos – na Audiência Pública contra a Reforma da Previdência.

Vamos começar agora a construir as caravanas para o interior de Mato Grosso, para os Municípios, porque se tem algum Vereador, algum Prefeito e Prefeita que querem continuar governando, avançando com as suas políticas públicas nos Municípios, tem que ir contra essa reforma, porque é fato. Os Municípios vão perder. Isso é liquidação dos Municípios, é liquidação do Pacto Federativo.

Portanto, temos que envolver os Municípios nesse debate. Vamos fazer caravanas para os Municípios dialogar com o trabalhador, com a trabalhadora, como tem trabalhador do campo, companheiro de luta, como o nosso companheiro Aparício, que veio de Diamantino, trabalhador rural. E nós temos que dialogar com os trabalhadores rurais do campo e da cidade. Temos que barrar a reforma da previdência e a reforma trabalhista.

Para concluir, eles não querem que nós nos aposentemos. Sabem por quê? Porque a reforma trabalhista que vai terceirizar, precarizar o negociar sobre o legislar é dizer o seguinte: o trabalhador não vai ter o tempo mínimo para se aposentar. Em tese, eles querem uma aposentadoria só para a elite, só para os ricos e não para os trabalhadores.

Então, não à Reforma da Previdência e vamos às ruas! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, João Dourado.

Como na Audiência Pública a voz do povo impera, após as falas aqui, nós ouviremos cinco inscritos.

Então, durante o pronunciamento do próximo orador, do companheiro Henrique Lopes, cinco que se inscreverem com a Terezinha vão falar, depois, representando aqui o povo na Audiência Pública. (PALMAS)

Com a palavra, o nosso companheiro Henrique Lopes do Nascimento, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP.

O SR. HENRIQUE LOPES DO NASCIMENTO – Eu quero saudar aqui o dispositivo da mesa, em nome do Deputado Valdir Barranco, parabenizá-lo pela iniciativa; uma saudação especial ao nosso Senador José Pimentel, pessoa que admiro muito ao longo dos anos pelo trabalho desenvolvido; e uma saudação aqui ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que se articulam contra essa Reforma que se houvesse algum adjetivo para colocar a mesma, porque alguns já estão chamando de “PEC da Maldade”, digamos que é uma Reforma indecente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Ela é indecente, porque retira os direitos dos trabalhadores; ela é indecente, porque, praticamente, extingue a questão da assistência social e, acima de tudo, nós, trabalhadores e trabalhadoras da educação, seremos penalizados duas vezes como bem colocou aqui o nosso Senador.

Se for verdade que essa Reforma vai atingir o conjunto dos trabalhadores brasileiros, as mulheres são as que mais serão prejudicadas com essa Reforma. (PALMAS)

E na educação, diga-se de passagem, a nossa categoria é composta por 80 a 85% de mulheres. Por isso, nesses minutos que foram destinados à saudação, eu quero dedicar esse tempo a um convite à classe trabalhadora.

Nós, trabalhadores e trabalhadoras da Educação, reunidos no nosso Congresso Geral, nosso Congresso Nacional, no mês de janeiro, resolvemos puxar o carro da mobilização, porque o Governo que aí está sabe exatamente o que é retirar os direitos dos trabalhadores. Sabemos o que eles estão fazendo, a pergunta agora é para nós: o que nós vamos fazer? Por isso que a educação está chamando greve geral a partir do dia 15 (PALMAS). Portanto, a mobilização, em nível nacional, para barrar essa Reforma indecente.

E nós queremos aqui, a partir da educação, construir um grande movimento em nível nacional, por isso, chamando à greve geral a partir do dia 15.

Aqui no Estado de Mato Grosso estamos convocando os trabalhadores para engrossar as fileiras junto com os trabalhadores da educação para, às 15h, fazermos presentes na Praça Ipiranga para demonstrar o nosso descontentamento contra essa reforma que visa a retirada de direitos.

Abaixo ao golpe, porque é verdade que agora a classe trabalhadora sabe contra quem é o golpe. O golpe não apenas para derrubar a Presidente da República, mas para poder atacar os direitos, porque não tiveram coragem de fazer esse debate no período eleitoral.

Duvido qual é o político que teria a coragem de apresentar uma proposta dessa natureza de reforma da previdência durante um programa eleitoral. E junto com a reforma da previdência acompanhada da reforma trabalhista e já aprovada a PEC da maldade que congela os investimentos públicos para os próximos vinte anos e já um mal colocado na educação que foi a medida provisória 746, que, praticamente, estrangula a profissão dos trabalhadores da educação e traz outros elementos piores para o processo educacional.

Por isso, a educação sai na frente e por isso queremos contar com todos os trabalhadores para que possamos barrar, na rua, esse ataque à classe trabalhadora. Os nossos direitos foram conquistados na rua e é na rua que faremos a manutenção dos mesmos.

Esperamos contar com todos e com todas! Um abraço! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Henrique.

Convido, para fazer o uso da palavra, o Sr. Nilton José de Macedo, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso.

O SR. NILTON JOSÉ DE MACEDO – Boa tarde a todos e a todas!

Quero cumprimentar e parabenizar o Deputado Valdir Barranco por esta Audiência Pública e pela coragem em realizá-la em nosso Estado.

Quero dizer a Vossa Excelência que nós, Federação e Sindicato dos Trabalhadores Rurais deste Estado e a CONTAG, também, sentimos muito orgulho e ficamos pensando que cada voto que você recebeu foi válido. Que pena não ter gastado mais um par de botinas para conseguir mais votos para Vossa Excelência.

Então, parabenizo-o pelo trabalho!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Cumprimento o Deputado Prof. Allan Kardec, também, pelo trabalho que vem desenvolvendo aqui; a Deputada Janaina Riva, que está em defesa, principalmente, da classe trabalhadora deste Estado, e não só do Estado, preocupando também com a classe trabalhadora em nível de Brasil.

Quero aqui cumprimentar a todos do dispositivo aqui, todos os companheiros e companheiras da mesa, os demais companheiros também de outros segmentos.

Quero, em especial, cumprimentar o Deputado Federal Ságua Moraes.

Deputado, não sei o que aconteceu. Ligamos para os outros Deputados que disseram estar em Mato Grosso, ligamos no seu gabinete e o senhor estava aqui, mas não sei por que só chegou o senhor aqui, os demais não chegaram. Então, quero parabenizar o senhor, que de fato se preocupa com a classe trabalhadora.

Quero parabenizar também aqui o nosso companheiro da CONTAG, Juraci, pela luta que viemos fazendo, e em seu nome, Juraci, cumprimento todas as federações do Estado e do Brasil, também do nosso Sindicato dos Trabalhadores do Brasil.

Parabenizo-os pelo o trabalho que vêm desenvolvendo e pela luta também.

Quero cumprimentar especialmente o meu companheiro, já estive em eventos em Brasília em que participamos juntos, o Senador José Pimentel, dizendo que é uma grande satisfação recebê-lo aqui e dizer que não sei por que o Estado de Mato Grosso não tem senador.

Infelizmente votamos em senadores que sumiram.

Estive em um evento segunda-feira e o Senador Cidinho disse, e quero que vocês prestem atenção, todos os sindicatos, não importa de qual segmento seja, disse que sindicato só serve para extorquir, principalmente as indústrias e os produtores do meio rural.

Ele disse isso com todas as letras. Por quê? No Município em que ele tem uma empresa de biodiesel, ele queria que a federação desse anuência aos contratos fraudulentos de sua empresa e nós não demos. Ainda incentivando os coitados dos trabalhadores a furar poços semiartesianos no Município em que são assentados da Reforma Agrária, sem licença, nem nada e estão todos lá sem poder produzir, sem escoar sua produção.

Acho que para crescer política não precisa falar mal de nenhum segmento, que mudou principalmente as questões trabalhistas do País e fez com que as políticas públicas existam de fato hoje para o trabalhador e para a trabalhadora rural, que são os que mais contribuem para esse País na questão da alimentação na mesa da nossa população brasileira.

Quero também aqui falar da PEC, “PEC da Morte”.

É até engraçado. Nós vemos na televisão, ficamos assistindo, gosto muito de assistir televisão, e aparece assim; “Presidente da República, Michel Temer, é citado na Lava Jato...” Imediatamente vem “Reforma da Previdência vai tal e tal...” Não dá tempo nem para o repórter tomar um fôlego, que é para ninguém prestar a atenção no que estava falando do Presidente da República.

Fico pensando: por que ele não vem para um debate como esse aqui, com quem de fato votou nele? Ah, me esqueci, não votamos nele. Nós votamos foi na Dilma, porque, se tivéssemos votado nele, talvez estivéssemos arrependidos do voto que fizemos.

Então, a política, principalmente quando se trata da PEC, e eu peço para todos vocês, as centrais que estão aqui presentes, quero agradecer a presença de todas, agradecer pela preocupação também, especialmente quero agradecer a cada um e a cada uma dirigente sindical nosso, e gostaríamos que ficasse de pé sindicato, porque tem dirigente do nosso sindicato de todo o Estado de Mato Grosso... (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Parabenizo-os pela preocupação têm com mais de 150 mil empreendimentos da agricultura familiar que tem no Estado Mato Grosso. Nós temos mais de 97 mil assentados no Estado de Mato Grosso. Então, quero parabenizá-los, cumprimentá-los, em nome de todos os sindicatos que existem aqui, não importa de qual categoria, de quais seguimentos que sejam.

Quero dizer para vocês que a luta está apenas começando. A luta apenas está começando, já passamos por momentos mais difíceis, e não é simplesmente uma pessoa chegar e querer mudar, principalmente os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Falar de Segurados Especiais, os quais representamos, Deputado Valdir Barranco, e o senhor sabe muito bem disso, que é o nosso trabalhador agricultor familiar deste País, não só do Estado de Mato Grosso, que é responsável por 70% da alimentação na mesa da população brasileira, ele não começa a trabalhar com 25 anos de idade, ele começa a trabalhar com seus 12, 13 anos de idade, cuidando da sua mãe e do seu pai no sítio. Ele não tem nenhuma proteção, nenhum EPI, para que possa estar de sol a sol, dia a dia, se arriscando a ter um câncer de pele ou outro tipo de doença que pode acontecer.

Vemos na televisão falando que para você ir para a praia deve usar protetor solar, porque 15 minutos exposto você pode pegar câncer. Agora ele pode trabalhar no dia a dia, 13 horas por dia, que é o mínimo que ele trabalha, e nesse não tem proteção nenhuma... (PALMAS)... do mesmo jeito o coitado dos nossos trabalhadores rurais, que são segurados especiais, os riscos que ele corre na propriedade, uma cobra que pode picar, um raio e vários riscos de acidente que ele pode ter. Além disso, se ele tiver frustração de safra, não tem nada que o assegure para que ele possa manter sua família.

E agora vem dizer que a idade de 60 anos para mulheres tem que ir para 65 e homens todos iguais.

Para encerrar, tenho muito a dizer, mas todo mundo está com fome, eu vejo assim, vejo que toda classe trabalhadora deste País tem se reunir, tem que se unir, tem que ir para luta.

Eu já participei de luta junto com servidor do INDEA, junto com servidor da EMPAER. Todos nós temos que nos unir, porque objetivo nosso é um só, que é ter a vida mais digna para o trabalhador, principalmente para sua família.

Vou dizer para os senhores que o aumento de idade, o desemprego do País e essa PEC vêm trazer de fato a morte para os nossos trabalhadores antes de se aposentar.

Também dizer para vocês da insatisfação do movimento sindical, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, com esse Governo, não só com eles, mas com os políticos que estão vindos à política em 2018, e temos que prestar atenção em quem vamos votar, temos que ir para as ruas cada vez mais, e cada vez mais nos unir.

Não à PEC! Vamos para a luta!

Que Deus abençoe cada um e cada uma de vocês.

Digo para vocês que também concordo com que o nosso companheiro falou, não só “Não” à PEC 287, mas também pedimos uma CPI já, não só para a previdência, o SUS também precisa de uma CPI, porque tem muita gente morrendo nas suas portas também e o Governo não está dando a mínima para isso.

Um abraço! Que Deus abençoe a cada um de vocês. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Nilton.

Vamos para os dois últimos oradores da mesa.

Convido agora o Antônio Wagner de Oliveira, representante da CSB Mato Grosso, Central Sindicato Brasileiro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

O SR. ANTÔNIO WAGNER DE OLIVEIRA – Bom dia todos e a todas!

Em nome do Deputado Valdir Barranco e do Senador Pimentel cumprimento todos os membros da mesa.

Em nome do meu Presidente Edmundo e do meu companheiro Oscarlino Alves cumprimento todos os dirigentes sindicais.

Em nome da Vice-Presidente Nacional de Sindicato Brasileiro, Diane Dias, cumprimento todas as mulheres presentes neste auditório.

Senhores e senhoras, o nome, o adjetivo que define a PEC 287, a PEC da Previdência, é crueldade, mas eu não vim aqui falar da crueldade da PEC da Previdência em relação aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, também não vim falar da crueldade da PEC em relação às mulheres professoras, às mulheres trabalhadoras rurais, às mulheres policiais, que serão duramente penalizadas caso seja aprovada esse PEC da Previdência; também não vim falar da crueldade da PEC da Previdência com relação às forças policiais que serão duramente penalizadas, que perderão, caso aprovada, suas aposentadorias especiais.

Eu também não vim falar da crueldade para com os deficientes físicos que, caso seja aprovada essa PEC, perderão também as suas aposentadorias especiais.

Vim falar aqui diretamente para estes senhores do Parlamento Federal, eu vim falar diretamente para os Srs. Adilton Sachetti, Fábio Garcia, Carlos Bezerra, Nilson Leitão, Ezequiel Fonseca, Valtenir Pereira, não falarei para o Sr. Deputado Ságua Moraes, porque o senhor já definiu o lado que está, Deputado, e é do lado dos trabalhadores. (PALMAS)

Quero falar também para o Sr. Wellington Fagundes, que se propõe ser candidato a Governador e caso queira ser, Sr. Senador, que já comece demonstrando o lado que se encontra e assine também a CPI da Previdência proposta pelo Senador Paulo Paim.

Venho falar também para o Sr. Senador José Medeiros, que se esqueceu que é servidor público; e para o Sr. Cidinho Santos; esqueci-me do Victório Galli, Deputado Federal também... (A PLATEIA SE MANIFESTA). Inclusive, suplente os dois Senadores, como bem lembrou o Oscarlino Alves.

Eu vim falar para esses nobres representantes que não subestimem o ódio, a revolta que estão desenvolvendo na classe trabalhadora deste País. Não subestimem a revolta que virá caso aprovem o absurdo que é a PEC da Previdência contra a classe trabalhadora deste País. Não mediremos esforços. Não mediremos suor e labuta de agora em diante para lembrar e esclarecer para todos os trabalhadores e trabalhadoras quem votou ou votará contra os trabalhadores deste País. (PALMAS)

Usaremos todos os nossos recursos, toda a nossa disposição na luta para lembrar a cada canto deste Estado quem são os traidores do povo trabalhador (PALMAS). Da mesma maneira que este Governador está massacrando o servidor público, não se engane o trabalhador, o ataque é contra o serviço público, mas quem perde é a população que mais necessita de serviços públicos de qualidade. Afinal, se a saúde não consegue prestar com dignidade o serviço para a população é porque lhe falta maca, insumos básicos, inclusive, falta concurso público.

Então, Srs. Senadores e Deputados Federais, esta fala é exclusivamente para os senhores, não subestimem o ódio ou a revolta que está imperando na classe trabalhadora deste País, porque os senhores estão brincando com a nossa cara. Se este fosse um País sério já teríamos invadido o Congresso Nacional, pego esses caras, como fizeram na Romênia, e jogados na lata de lixo. (OVAÇÃO)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Porque, senhores, e aqui eu encerro, nós temos que lembrar contra quem estamos lutando, são mais de 300 Parlamentares Federais envolvidos em atos de corrupção. É mais da metade do Senado Federal envolvidos em atos de corrupção. É a classe política mais imoral, mais ilegítima, mais corrupta que a nossa geração já viu. (PALMAS)

Então, senhores, é contra esses corruptos que nós estamos lidando, não devemos nos esquecer disso. Porque nenhuma reforma proposta por uma classe política corrupta como a atual, é bem-vinda. Então, senhores, lembrando sempre. É contra esses corruptos que nós estamos lutando. Nada que vem deles vem para nos beneficiar. Então, é isso, senhores. Não vamos nos esquecer.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, lembrem-se em 2018 haverá eleição. Não brinquem com a cara do trabalhador, porque usaremos todos os nossos recursos, todos os nossos suores para lutar contra cada e todos que votarem contra os trabalhadores.

Muito obrigado. E essa é uma mensagem da Central dos Sindicatos Brasileiros, que também é uma central de luta. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Antônio.

Convido para fazer uso da palavra o nosso último orador da mesa, Ronei de Lima, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores de Mato Grosso. Depois falarão os sete inscritos da plateia.

O SR. RONEI DE LIMA – Boa tarde, meu povo!

Eu quero cumprimentar o Deputado Prof. Allan Kardec, o nosso Deputado Valdir Barranco pela Audiência Pública que está sendo realizada aqui.

E dizer que a Nova Central Sindical dos Trabalhadores de Mato Grosso está junto nessa luta. Eu quero cumprimentar, para demonstração da nossa unidade, o companheiro Manoel, da Força Sindical aqui presente; o companheiro João Dourado, da CUT; o companheiro Wagner, também da CSB. Isso para demonstrarmos a nossa unidade na luta, porque é só dessa forma com a unidade do movimento sindical, com todas as organizações sociais que vamos conseguir, na verdade, derrubar e barrar essa PEC.

Dizer que um Governo sem voto quer tirar direito do povo brasileiro, dizer que no momento e de uma forma covarde, cruel, em que somos milhares de trabalhadores, mais de 12.000 trabalhadores desempregados, com exército de trabalhadores desempregados sem a mínima expectativa de termos emprego agora, rápido, no futuro.

Além da rotatividade que nós temos durante os 49 anos de contribuição, quanto tempo que esses trabalhadores, nós, trabalhadores ficaremos, por exemplo, no próprio Seguro Desemprego. Se ficarmos seis meses no Seguro Desemprego, são seis meses a mais que nós vamos ter que trabalhar lá.

O companheiro Wagner pegou um pouco da minha fala aqui, mas eu não vou deixar de fazermos um ensaio, porque eu acho que é interessante, pois está sendo gravado, está sendo reproduzido ao vivo. Então, vamos dar o voto aos nossos Deputados que não estão aqui.

Por exemplo: Adilton Sachetti não está. Vocês votam nele? “Não!” Carlos Gomes Bezerra? “Não!” E Ságuas Moraes? “Sim!” Nilson Aparecido Leitão? “Não!” Fábio Paulino Garcia? “Não!” Valtenir Luiz? “Não!” Ezequiel Ângelo Fonseca? “Não!” Victório Galli? “Não!” O homem de Deus! Wellington Fagundes? “Fora!” José Medeiros? “Fora!” Cidinho Santos? “Fora!”.

Então, é essa a mensagem que nós gostaríamos de dizer, estamos juntos. O único medo que um político tem, que um Deputado tem, que um Senador tem é o voto. Ele não se preocupa com mais nada. Então, já vamos começar a fazer a nossa parte, vamos começar a ligar para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

eles. Se todos nós que passamos por aqui, hoje, fizermos uma ligação ainda hoje, vocês podem ter certeza que eles começarão a tremer na base.

Recebi uma informação recentemente que o PSB já está definindo para bater o martelo contra a PEC, inclusive o PSDB está revendo, porque está vendo que o povo está indo para a rua, nunca houve uma união tão tamanha no Brasil.

Viva a luta! Viva os trabalhadores e viva o povo brasileiro! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido para fazer uso da palavra, já representando a plateia, o Prof. Domingos Garcia, Professor da UNEMAT.

Eu já vou chamar todos os inscritos, há cadeiras aqui, já se posicionem para facilitar: Maria da Glória, da Nova Central; Eduardo, do SINDES; Cleudes de Souza, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nossa Senhora de Livramento; Otto Ten Caten, dos servidores da Saúde; Sr. Guilherme da Silva Queiroz, do SINDRAP; e a Prof.<sup>a</sup> Enelinda Scala, Vice-Presidente do PT de Mato Grosso.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DA CUNHA GARCIA – Companheiros e companheiras, boa tarde!

Inicialmente, quero cumprimentar o Deputado Valdir Barranco e todo o seu *staff*, que ajudou na organização desta Audiência Pública com o Fórum Sindical, numa atividade conjunta extremamente importante para a mobilização diante dos ataques que os trabalhadores estão sofrendo.

Parabéns, Deputado, ao Fórum Sindical, na pessoa do companheiro Oscarlino, que ajudou na organização desta Audiência Pública.

Quero cumprimentar o companheiro Aparício Valeriano da Siqueira, companheiro trabalhador rural, longa duração na luta, representando aqui os trabalhadores rurais, é um dos fundadores da CUT/MT.

Quero cumprimentar todas as mulheres presentes, na pessoa da Prof.<sup>a</sup> Josete, professora da UNEMAT, porque nesta semana, no Dia Internacional da Mulher, as mulheres foram agredidas pelo presidente golpista que disse que o lugar da mulher ou é na casa ou é fazendo compra no supermercado. Essa versão mostra bem qual é o caráter do golpe.

Muito bem, companheiros, qual é o caráter do golpe? O golpe só tem um sentido, o sentido do golpe é a Reforma da Previdência. O sentido do golpe é a Reforma Trabalhista. O sentido do golpe é a Reforma do Ensino Médio. O sentido do golpe é o ataque a cada um dos direitos e das conquistas dos trabalhadores brasileiros. Esse é o sentido do golpe. Para isso que foi dado o golpe. Não tem nada de combate à corrupção. Isso é só fachada. Isso é só engana trouxa. Para isto, exatamente para isto que foi dado o golpe no Brasil: retirar direitos. É um golpe contra os trabalhadores e contra o povo. E é exatamente esse golpe que nós temos que enfrentar.

Muito bem, nesta semana, agora, dois dias atrás, o Ministro Meireles disse num seminário em São Paulo que a Previdência Social é uma anomalia no Brasil. O que ele quis dizer com isso? Ele quis dizer o seguinte: que não tem que ter previdência nenhuma. Trabalhador que se vire. O trabalhador que trabalhe até morrer e que os patrões vão botar o dinheiro da Previdência no bolso, no bolso dos banqueiros, a quem, em primeiro lugar, o Sr. Meireles serve; a quem, em primeiro lugar, o golpe serve.

Esta semana, de outro lado, aqui em Mato Grosso, o Sr. Pedro Taques, Governador golpista de primeira hora, disse: “Eu não tenho medo de greve”. É? Não tem medo de greve? Pois ele vai ter, sim, medo de greve, porque a mobilização está só começando, nós vamos resistir, vamos resistir à retirada de direitos dos trabalhadores do povo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Temos que, desde já, através desta Audiência Pública... Cada um aqui vai voltar ao seu Município, vai voltar ao seu local de trabalho, começar a preparar a greve geral, a greve geral contra a retirada dos direitos, (PALMAS) a greve geral contra a Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista.

Essa é a luta que temos que preparar, temos que preparar de maneira ampla, e aí, companheiro, Deputado Valdir Barranco, estou colocando uma proposta ao companheiro Senador José Pimentel, ao companheiro Oscarlino, a todos os companheiros da mesa e a todos os dirigentes sindicais presentes, vamos constituir comitês de luta, amplos, contra a Reforma da Previdência. Comitê integrado por todas as organizações dos trabalhadores, todas as organizações do povo para que possamos, de maneira ampla, ter condições de derrotar a Reforma da Previdência, de derrotar a Reforma Trabalhista e, com isso, manter nossas conquistas.

Este é o sentido, penso eu, desta atividade aqui, reforçar a luta em defesa dos nossos direitos. Afinal de contas, são eles que estão ameaçados e exatamente eles que têm que nos defender.

Por isso, faço a proposta, saúde a todos, voltemos ao nosso local de trabalho, voltemos cada um aos nossos Municípios e vamos organizar a resistência, vamos organizar a luta para que possamos ser vitoriosos e, com certeza, seremos vitoriosos. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido para fazer o uso da palavra o Sr. Manoel de Souza, Presidente da Força Sindical do Estado de Mato Grosso e os que já se inscreveram da plateia. Alguns já estiveram aqui, o Eduardo do SINDES, a Maria da Glória, o Cleudes, o Otto Ten Caten, o Guilherme do SINDRAP e a Enelinda. Ok. Estão todos aí, não é?

Então, com a palavra, o Sr. Manoel de Souza.

O SR. MANOEL DE SOUZA – Boa tarde a todos os presentes. Em nome da unidade, quero cumprimentar a mesa, em nome do Deputado Valdir Barranco; quero dar boas-vindas ao Senador José Pimentel, que muito nos honra, ao estar aqui na nossa cidade para uma discussão tão relevante, tão importante para todos.

É uma situação que nós, hoje, trabalhadores rurais, servidores públicos, iniciativa privada... Unidos para um projeto que não tem fundamento ser aprovado. Podemos dizer que, com essa unidade que aí está, essa discussão que está em todas as centrais unidas, com certeza, nós vamos ter êxito e não vamos deixar o trabalhador rural, especialmente o trabalhador da agricultura familiar, que produz e coloca 70% do alimento nas casas de cada cidadão, venha a morrer antes de se aposentar.

Portanto, companheiros, sejamos sempre unidos nesta reforma, que não pode passar, e sejamos sempre unidos também para que estejamos juntos. Se os Deputados Federais do nosso Estado compartilharem... Para nos tornarem sacrificados e não venhamos a nos aposentar, vamos dar um basta. Chega de elegermos latifundiários, empresários e nós, trabalhadores, ficarmos morrendo nas filas dos hospitais (PALMAS), morrendo, tentando aposentar e com certeza não iremos aposentar. Não há possibilidade, numa projeção de aumentar a contribuição do trabalhador rural de 15 para 25 anos. Não tem cabimento pegar uma cidade do Nordeste, igual Euclides da Cunha, no interior da Bahia, que vê os próprios animais morrendo de sede, proveniente da seca, e dizer que estes cidadãos, que estas famílias terão que contribuir para ter o seu direito adquirido, não podemos aceitar isso, temos que dar um basta. Nós, da Força Sindical, especialmente, junto com as demais centrais, estamos lutando para a unidade, queremos que esta unidade continue e prospere e que dia 15, possamos todos nós estarmos juntos nessa luta que não podemos parar somente por aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Estamos muito felizes, lamentável, lamentável... Muitos trabalhadores já tiveram que se distanciar, ir embora para os seus Municípios, mas é uma questão fundamental, essa unidade tem que prevalecer.

Parabéns a todos, parabéns a nós e vamos dar continuidade à luta.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido o Sr. Eduardo, do SINDES-MT pela Base, para fazer o uso da palavra. Registro que passou por aqui o Senador José Medeiros, foi tão rápido que não deu tempo. (VAIAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Não deu tempo nem de vocês pedirem o voto dele, mas eu pedi o voto dele, em favor dos trabalhadores lá no Senado da República.

O SR. EDUARDO – Bom dia, meu nome é Eduardo, sou servidor do desenvolvimento econômico social, do movimento SINDES pela Base.

Primeiramente, cumprimentar os componentes da mesa.

Foi importante ter aberto a palavra ao público, porque uma Audiência Pública sem o público falar fica complicado.

Eu acho importante colocarmos...

Em tudo o que foi colocado aqui, hoje, está claro que existe uma classe política, que existe uma classe empresarial e que se depender da vontade deles a relação de trabalho voltará para o século de XVIII. E isso eles, ainda, vão chamar de flexibilização do trabalho, modernidades das relações de trabalho e vão nos colocar como os trabalhadores estavam no século XVIII.

É importante termos clareza que muito foi falado aqui que temos uma força que é o voto e que podem nos esperar em 2018, mas é importante reforçar aqui que nós temos uma força ainda maior que o voto. Somos da classe trabalhadora deste País e tudo o que se produz aqui quem produz é a classe trabalhadora. Se pararmos de produzir, este País não andarão para frente. Então, a maior força que podemos demonstrar é quando estamos parados e mostrando que o País não anda se não nos movimentarmos. (PALMAS)

É nesse sentido que coloco a todos que estão aqui que não temos que nos preparar, agora, para derrotar o Taques e o Michael Temer em 2018. Temos que derrotar o Taques e Michael Temer, hoje, agora, neste momento (PALMAS). E derrotarmos o Taques e o Michael Temer e todas as propostas que atacam os trabalhadores com a mobilização de rua, com greve, com piquete, porque são esses instrumentos que a classe trabalhadora construiu para conseguirmos o que temos, hoje, como a reforma da Previdência.

Nesse sentido, colegas, que venho colocar que no dia 15 será fundamental iniciarmos esse processo de mobilização. No dia 15, a greve não será decretada por meio de decretos. A greve se decreta com mobilização, no local de trabalho, nos locais de moradia, nos locais de estudo.

Nesse sentido é crucial que os sindicatos – e aí falo dirigindo-me ao meu Sindicato, o SINDES – a partir de hoje, estejam no local de trabalho conversando com um por um, com cada trabalhador, para no dia 15 iniciarmos esse processo de greve geral. É com mobilização que derrotaremos todos esses projetos. Não tenham dúvida! Não temos que ter dúvida da força da classe trabalhadora. Vamos ganhar essa parada e continuar avançando na construção de um mundo mais justo. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido para fazer uso da palavra a nossa companheira, camarada, Maria da Glória Borges da Silva, da Nova Central.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Aproveito para agradecer a presença de todos os vereadores e vereadoras presentes em nome do Valter, de Guarantã do Norte, e do companheiro Bartolomeu.

A SR<sup>a</sup> MARIA DA GLÓRIA BORGES DA SILVA – Cumprimentar o dispositivo da mesa e parabenizar pela brilhante iniciativa do Deputado Valdir Barranco.

Foram mal aproveitados aqueles votos que não foram para o senhor, Deputado Valdir Barranco, mal aproveitados.

Dizer para o dispositivo que quando vimos para uma Audiência Pública é, também, com a ansiedade de falarmos para o povo.

Então, quero iniciar parabenizando cada um e cada uma que permaneceu.

Uma salva de palmas para nós. (PALMAS)

Eu quero uma vaia de pouca gente, mas uma vaia alta, para o Senador José Medeiros. (VAIAS)

Eu quero, também, que vocês dêem do fundo do coração uma vaia para o Governador Pedro Taques. (VAIAS)

E, agora, aquele fora Temer: “Fora TEMER! Fora Temer! Fora Temer!”

Isso aí!

Gente, isso estava engasgado, Deputado Valdir Barranco, na garganta de todos nós que estamos aqui.

Eu levantei da minha cama, hoje, às 04h30min e peguei três ônibus para vir para cá. (PALMAS) Eu sou diabética e estou até agora sem almoçar. Então, para mim não é boa tarde.

Quero dizer para vocês da minha angústia. É angustiante o que vou dizer aqui: eu comecei a trabalhar com 07 anos de idade, reconhecida, porque com 05 anos eu já era obrigada a ajudar a minha mãe e vem uma pessoa ou umas pessoas que nunca trabalharam na vida, a não ser fazendo política errada, determinar que eu só dou prejuízo e que eu não preciso me aposentar com 55 anos. (PALMAS)

O que vocês acham que irá acontecer? Já temos fila no SUS! Já temos fila nas escolas públicas! Já temos fila em tudo quanto é lugar! Terá, também, no cemitério. (PALMAS E RISOS). E vocês querem saber por quê?

Eu não vou obedecer esse um minuto que me deram, porque estou desde às 05h em pé. (PALMAS)

Vocês sabem por que acontecerá fila no cemitério? Porque a partir desse momento, se infelizmente for aprovada, nós vamos morrer; os velhos não vão mais comprar mais remédio; as mulheres não vão conseguir se sustentar, ninguém vai conseguir se sustentar.

Gente, um salário-mínimo para muita gente é um abuso, para os trabalhadores e trabalhadoras rurais é dignidade, é sustentabilidade. (PALMAS) É isso que eles estão querendo tirar.

O Juraci falou muito bem da CONTAG. Os trabalhadores rurais, o movimento sindical, o movimento social, o povo vai se unir. Se o Temer estiver pensando que fará fila de sepultamento nosso, ele está enganado. Ele será sepultado bem antes. (PALMAS)

Esses Deputados Estaduais, Federais, Senadores e Governadores do nosso Estado podem ser enterrados bem antes de nós. Isto não é uma ameaça. É porque nós sobrevivemos com pouco, mas eles não e nós vamos tirar o muito deles. É por isso que eles vão morrer. (PALMAS) Não somos nós que vamos matar. Eles só vivem da corrupção, eles só vivem em troca do nosso pequeno salário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Então, quero dizer a vocês: a partir do dia 15, homens e mulheres, independentemente de que lado eles estejam, têm que estar do lado da vida. Eu estarei lá na praça, estarei lá na ponte. Eu estarei onde quer que seja para defender o meu direito e o seu.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Valeu, companheira, camarada, Maria da Glória.

Convido para fazer uso da palavra o companheiro Cleudes de Souza Ferreira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nossa Senhora do Livramento.

O SR. CLEUDES DE SOUZA FERREIRA – Bom dia, companheiros e companheiras!

Eu sei que estamos com fome, mas nossos trabalhadores estão firmes.

Parabenizar os que estão, ainda, presentes; quero agradecer os componentes da mesa, meus cumprimentos; nosso querido Deputado Valdir Barranco; o nosso querido Senador aqui presente.

Seja bem-vindo a nossa terra!

Eu quero, neste momento, parabenizar as mulheres que no dia 08, numa luta unitária, MST, CPT, todas as Centrais, fizemos uma caminhada em parceria com essas mulheres guerreiras em comemoração ao dia de luta da mulher no mundo inteiro. Então, essas mulheres merecem parabéns pelo dia de luta.

Nós temos a companheira Aline aqui, a quem pedimos que leve o nosso abraço a todas as mulheres que se fizeram presentes na caminhada do dia 08.

Companheiros trabalhadores, trabalhadoras, somos guerreiros!

Eu sou Cleudes, como o Deputado Valdir Barranco já falou, agricultor familiar, com muita satisfação; estou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Nossa Senhora do Livramento e Tesoureiro da CTB - Central dos Trabalhadores do Brasil.

É com muita satisfação que em uma Audiência Pública precisamos gritar, mas o maior grito nosso precisa ser nas urnas daqui a um ano e meio, dois anos. Precisamos pensar bem nas pessoas. Como disse o Juraci Moreira, nós temos no nosso Estado uma cambada que precisa levar um recado e os trabalhadores e as trabalhadoras precisam dar esse recado.

Ao meu querido companheiro Valter, de Garantã do Norte, companheiro de luta, e a todos vocês trabalhadores, precisamos erguer essa bandeira que o Juraci Moreira nos trouxe. Vamos unir forças. Se cada um daqui tirar um voto desses “caras”, nunca mais na vida vão ganhar dinheiro nosso.

Companheiros e companheiras, principalmente os trabalhadores rurais e as trabalhadoras rurais que estão sendo lesados, quero dizer que a capacidade laboral de um trabalhador rural hoje não chega a 40 anos de idade. A capacidade laboral dele, se formos olhar nas filas do INSS a maioria desses trabalhadores e trabalhadoras, companheiras mulheres, está solicitando auxílio-doença. E se não conseguirmos hoje com essa política, imaginem com essa PEC.

Então, vamos para a rua! Daqui a dois anos vamos dar o recado para esse povo. Nós somos maioria, temos 04 milhões de propriedade neste País e uma minoria que tem 400 mil propriedades domina o nosso Estado de direito.

Como bem disse alguém aqui: nós somos maioria, somos trabalhadores e trabalhadoras, mulheres e homens do campo e cidade e precisamos unir nossas forças.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Nós produzimos 70 a 80% da alimentação que vai para a mesa da população brasileira. Se essa PEC passar, a população urbana vai passar fome, porque os trabalhadores já produzem para si, para se alimentar.

Nós precisamos ter capacidade laboral, temos que ter dignidade no campo para continuar contribuindo com este País, e não somos olhados com bons olhos.

Quando vamos às ruas sofremos preconceito, mas temos orgulho, sim, de ser trabalhador rural e contribuir com a segurança alimentar deste País e deste mundo.

Que tenhamos dignidade! Que o nosso Senador... Aproveito para pedir o seu voto, mas sei que não precisa, porque é do Partido, mas nós precisamos pedir, precisamos aprender a pedir. E para o nosso Deputado Federal, que está aqui, vamos visitar os outros companheiros, se não corresponder temos resposta em 2018.

Vamos à luta! Nossa Senhora do Livramento e todos os Municípios deste Estado estamos firmes!

Um grande abraço a vocês, companheiros e companheiras! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Cleudes.

Com a palavra, o Sr. Otto Ten Caten, servidor da Saúde.

O SR. OTTO TEN CATEN – Boa tarde a todos!

Em nome do Deputado Valdir Barranco, cumprimento todos os componentes da mesa.

Falando aqui da plateia para a mesa, quero parabenizar este evento. Acho que mais do que as poucas falas da plateia que foram contempladas pelo avançar da hora, o fato de ter ocorrido esta Audiência Pública com a grande atitude, com o tamanho que teve de representantes e toda a sociedade envolvida na mesa, ela é um aspecto importantíssimo e mesmo assim vitorioso, apesar das poucas falas da plateia.

Eu me inscrevi para falar de outro aspecto que não tenha sido, talvez, tão contemplado aqui e devemos ter bastante em mente isso: o aspecto internacional dessa conjuntura que o Brasil está vivendo.

Foi dito aqui que o Brasil estava crescendo, chegou a sexta economia e estava com projeção de chegar à quarta economia do mundo.

Um insolente Presidente colocou o Brasil de pé, criou um banco internacional, criou o G-20, fez articulações gigantescas no mundo afora e por isso tem respeito mundo afora.

Este Brasil sempre foi saqueado. Se lermos um livro, não só o Brasil, a América Latina, “As Veias Abertas da América Latina”, nós vamos ver o tanto de riquezas e tudo que sempre é retirado daqui para ter este País desenvolvido no G-8, principalmente, levaram tudo muito fácil daqui. A elite nacional sempre foi muito conivente com isso.

De repente, aparece, durante o mandato do Lula, o tal de pré-sal. Na primeira eleição do Lula não existia o pré-sal. Ele fez um acordo, fez um aspecto lá, a elite nacional ia ganhar dinheiro, porque ia investir no pobre, os “caras” aceitaram isso e toda a insatisfação com a política neoliberal anterior e as corrupções.

Tínhamos um Presidente, mas a elite convivia com aquilo, porque estava ganhando muito dinheiro. Mas, de repente, o internacional olhou esse pré-sal e veio a Presidente Dilma, na época, na Petrobras, lá na Casa Civil, colocando esse recurso na educação.

Isso não poderia acontecer. Tinham que tirar. Não conseguiam tirar no voto, apesar de todas as lambanças e sacanagens ocorridas naquele processo de Lava Jato. Aquilo, para quem

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

ainda não acordou do que está acontecendo, é bom olhar com carinho agora, porque está vindo a fatura do golpe.

Não é só o Pré-sal que vai entrar na fatura, já comeram o pré-sal, já levaram, já entregaram a partilha, tudo, mas também os direitos trabalhistas, porque eles não querem só as nossas riquezas, temos outras fontes de riqueza que não dá para transportar, água. Nos países desenvolvidos para a indústria, precisa de água.

Nós temos parte sendo instaurada aqui, Deputado Valdir Barranco – corrija-me se estiver errado –, de produção de etanol de milho, uma empresa norte-americana aqui em Mato Grosso, não sei quantos mil empregos.

Essas pessoas precisam de Leis Trabalhistas fracas. O empecilho para eles virem aqui são as Leis Trabalhistas nossas que ainda são, de certa forma, bastante protetivas aos trabalhadores. E nesse sentido eles vão cobrar essa fatura.

Então, já investiram muito no processo para tirar os direitos trabalhistas para colocar o Brasil onde sempre imaginaram um terceiro mundo, um País de subúrbio, onde não tem o direito de estar de pé; onde o brasileiro não tem perspectiva de educação, saúde com qualidade.

Nesse sentido, nós temos aqui problemas imensos a serem enfrentados, que é com relação a nossa comunicação.

Nós somos bombardeados pela elite nacional vendida, pelos veículos de comunicação, que são majoritariamente deles, e acabamos comprando as pautas da elite, do mercado financeiro, do capital.

Nós trabalhadores, sofrendo, e mesmo assim vamos lá, compramos a pauta do capital votamos neles.

Nossos colegas, como já foi dito aqui – e aqui é uma minoria –, a maioria dos nossos colegas trabalhadores estarão sendo bombardeados por isso.

Você que está assistindo a TV Assembleia, é bom abrir o olho trabalhador. Nós precisamos abrir os olhos para ver quem esta votando as pautas a favor dos trabalhadores e ter ideia de quem está sendo acusado, dia e noite, pela imprensa golpista.

Eles nunca estiveram preocupados por corrupção. Tiraram o Governo que estava, não pelos erros, e não foram poucos os erros que esse Governo cometeu, isso precisa ser dito, mas tiraram por conta dos acertos que esse Governo prometeu, propôs e fez. Isso é claro. E esses acertos colocaram o Brasil em projeção, colocaram os trabalhadores com projeção. E não tinham outra forma de tirar estes direitos, de tirar dos trabalhadores, se não por um golpe.

Então, a importância desse momento de estar dialogando com quem esta aqui, com quem assistindo a TV Assembleia é no sentido de falar: “abre o olho trabalhador!”.

Nós, como força de mobilização, temos panfletos, alguns sites de sindicato, de repente um *outdoor*, veicular alguma propaganda.

Mas como convencer os trabalhadores a estar juntos? Precisamos mobilizar.

Como o colega anterior disse aqui, temos que estar todos os dias mobilizando os nossos colegas e convencendo-os, sabendo que eles estão sendo convencidos por uma gigante máquina ideológica chamada imprensa aqui a não participar disso.

Muito obrigado.

Desculpem-me por ter demorado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido para usar da palavra o Sr. Guilherme, representando o SINDRAP.

Por último falará a professora Enelinda.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

O SR. GUILHERME – Bom dia a todos!

Boa tarde a todos, já passamos das 13h.

O senhor está de parabéns, Deputado Valdir Barranco! Em seu nome cumprimento toda a mesa; em nome da Adriana e da Elisabete cumprimento todas as mulheres; em nome do José Carlos, representante de Cáceres, cumprimento todos os presidentes e autoridades.

Parabéns pelo dia de ontem todas as mulheres.

Todo mundo já falou da previdência, da reforma da previdência. Eu sou a favor da reforma da previdência. Mas sabem qual a reforma?

Começo aqui pelo meu Estado. Não vou falar o nome do Governador, o nome do Conselheiro, que recebem R\$ 176.000,00 de aposentadoria, como Ex-Governador R\$ 24.600,00, todos os Ex-Presidentes que entram e saem recebem seus salários e mais os segurança, quer dizer, se querem fazer uma reforma da Previdência, comecem por eles.

Vou citar o nome do Ex-Senador Collor e do Senador Sarney, que foram Presidentes da República, eles recebem como Senadores e recebem como Ex-Presidente da República, e o Sarney tem assessor dobrado, tem os assessores e os carros como Ex-Presidente e tem as assessores também como Senador. Então, é aí que está a falência.

Se eles quisessem reformar a nossa Previdência Social, o que eles fariam, começariam por eles lá dentro.

Olhem aqui em Mato Grosso, aqui na minha cidade, há um que já foi Governador, Conselheiro, Vereador, Prefeito, Deputado e os senhores imaginem que em cada uma dessas funções eles têm uma aposentadoria, quer dizer, deixa uma para ele, mas se tirar uma ele morrer.

Isso não foi citado e quero deixar bem claro aqui.

Então, já falaram na previdência, na reforma e só quero citar isso, se eles quisessem fazer a reforma da previdência, comessem por eles. Aí, sim, eu acreditaria. Porque, como que eles querem tirar de quem tem só um salário mínimo? Com quem tem milhões não querem mexer!

Eu estava olhando aqui na tabelinha, quantas empresas sonegaram impostos - empresas ricas.

Vocês viram nas telas, quantos milhões poderiam cobrir o rombo na previdência. Não rombo. Onde tem rombo? Era tirado 20%, hoje é tirado 30%. Quer dizer, não estamos com a previdência falida.

Depende de nos unirmos. Então, no dia 15 eu convido todos vocês para irem a praça. Vamos fazer um manifesto.

Fora Temer!

Obrigado.

(A PLATEIA REPETE: FORA TEMER!)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido a nossa última oradora, a Professora Enelinda Scala, para usar da palavra.

O Oscarlino está falando: “só se a senhora tocar sanfona”.

A SRª ENELINDA SCALA – Na próxima não deixarei faltar. (RISOS)

Boa tarde para todas e todos!

Quero cumprimentar todas as lideranças sindicais presentes que trouxeram todos seus companheiros a esta Audiência Pública tão importante.

Quero saudar todas as centrais sindicais, que fizeram um trabalho importantíssimo de unidade em defesa da classe trabalhadora.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Quero saudar em nome de Maria da Glória, da Nova Sindical, mulher como eu, e também do nosso companheiro João Dourado, que tem feito um grande esforço da CUT, que tem feito um grande esforço no sentido da unidade da classe trabalhadora aqui no Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

Quero saudar o Partido dos Trabalhadores.

Eu sou a Professora Enelinda, Vice-Presidente do Partido dos Trabalhadores, com muita honra, há trinta e seis anos nessa luta por justiça.

Eu gostaria de citar os meus companheiros do Partido dos Trabalhadores e quero começar pelo Deputado Valdir Barranco, que foi o idealizador e proponente desta Audiência Pública muito feliz; também o nosso Deputado Federal Ságuas; do nosso Deputado Allan Kardec; nosso ilustre Senador José Pimentel, meu companheiro de uma vida no Partido dos Trabalhadores – não é meu querido? – há 36 estamos nessa peleja, e nas pessoas deles cumprimento toda a mesa, que contribuiu de uma forma brilhante para este debate, que a sociedade mato-grossense tem que conhecer e se apoderar para que possamos dar as respostas que este Governo ilegítimo merece.

Falarei pouco, meus queridos do PT. (RISOS)

Eu gostaria de dizer que sou da turma que viveu a ditadura, meus amores.

Senhoras e senhores que estão me assistindo em casa, mães, avós, jovens, meus queridos jovens, crianças, eu vivi e sofri também na ditadura. Já estávamos na luta nessa época.

Eu recebia cartas abertas, quando recebia. Recebíamos cartas abertas nessa época.

Tenho repetido, para que os nossos jovens saibam: tem que rever a história brasileira. Eu digo que nós tínhamos fome de liberdade na Ditadura, como tínhamos fome de comida.

E agora quero focar – porque já me deram um papelzinho aqui –, quero convidar a todas as famílias mato-grossenses, todas, para estar no dia 15, na Praça Ipiranga, para dizer não a essa reforma, a essa PEC nº 287, que é uma violência para todos os direitos conquistados da classe trabalhadora brasileira, e, principalmente, para nós dizermos não... Principalmente contra nós, mulheres, e as particularidades de conquistas de determinados setores da classe trabalhadora, da classe feminina, que é uma grande violência.

Portanto, eu quero repetir, meus queridos companheiros do PT e de todos os representantes das classes, das nossas centrais sindicais e famílias que nos assistem, que é dia 15, esse momento, agora, de março, na próxima semana, vamos fazer um grande esforço.

Cada um que esteve aqui, fala com seus amigos, com seus vizinhos, com seus familiares da importância de nós nos apoderarmos desses conhecimentos que foram trazidos com tanta propriedade, com tanta transparência. Nós temos que mostrar ao povo brasileiro a mentira que está sendo colocada na televisão brasileira, nos rádios, nos jornais sobre esse tal de rombo na Previdência, e, sobretudo, a violência que nós, trabalhadores e trabalhadoras, vamos sofrer e estamos sofrendo neste Governo que não respeita o Estado de Direito, não respeita a justiça social.

Meus amores, eu pensei que não fosse viver isso novamente. E tem que começar... Meus queridos, desde lá dos meus 14 anos lutando por justiça, por direitos, por liberdade, por Estado de Direito pleno em nosso País.

Muito obrigada! E até o dia 15, na Praça Ipiranga, todos nós, com muita força, com muita energia. Cada um tenha a responsabilidade de levar 20.

Muito obrigada. (PALMA)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Professora.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2017, ÀS 09H.

---

Quero, para finalizar, agradecer a todos e todas que compareceram. Agradecer aqui ao Fórum Sindical, Oscarlino; ao SINTEP; à FETAGRI; à CONTAG, a todos que estiveram envolvidos na organização desta Audiência Pública, que eu tenho certeza que foi um grande sucesso.

Eu quero cumprimentar mais uma vez os Vereadores que estiveram presentes: o Bartolomeu, de Canabrava do Norte; o Valter, de Guarantã do Norte; e tantos outros que já passaram por aqui. Nós vamos precisar muito dos Vereadores.

Ontem, eu já recebi da Câmara Municipal de Cláudia uma Nota de Repúdio à reforma da Previdência e nós vamos trabalhar para que em cada uma das 141 Câmaras de Vereadores nós tenhamos essa Nota de Repúdio. Nós vamos começar a organizar caravana contra essa PEC com todas as centrais sindicais presentes.

Também quero aqui cumprimentar o nosso Presidente da Câmara Municipal de Guarantã do Norte, que aqui se faz presente.

Um grande abraço a todos! Que Deus nos abençoe e não à Reforma da Previdência!

Está encerrada esta Audiência Pública. (PALMAS)

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Dircilene Rosa Martins;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Luciane Carvalho Borges;
  - Nerissa Noujain Salomão Santos;
  - Rosilene Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
  - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Sheila Cristiane de Carvalho;
  - Solange Aparecida Barros Pereira.